



**ANGOLA**

**SUA ECONOMIA**

**SEUS ESTRANGULAMENTOS**

**O FUTURO**  
**2021**

**Autor**

Valdemar Ferreira Ribeiro

(Economista)

(Ambientalista)

(Empresário Industrial)

(Secretário-Geral “ASA-HUILA”)

**“Navegando em mares do Sul observando o Norte”**



*Valdemar Ferreira Ribeiro*  
Economista, empresário industrial, ambientalista



Secretário - Geral

SITE PESSOAL

WHAT'S APP

FÁBRICA DE ÁGUA PRECIOSA

ACADEMIA  
DE AUTORES

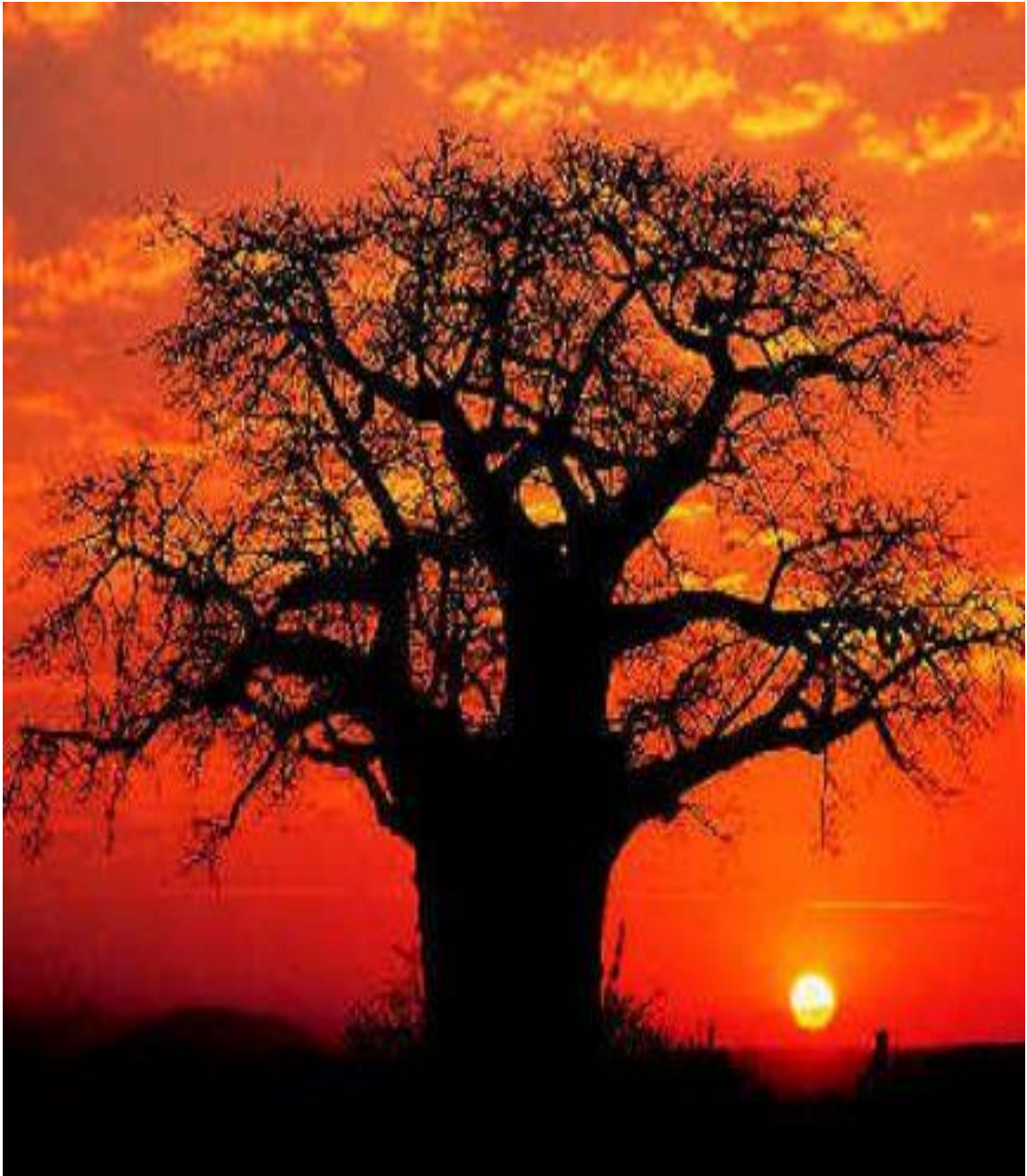
ACADEMIA  
DO AMBIENTE

OKUVITA  
TERTÚLIAS

OKUVITA  
REVISTA

RECANTO DAS LETRAS (BRASIL)

CLUBE DOS PENSADORES (PORTUGAL)



# INTRODUÇÃO

## O PODER DE COMPRA DOS CIDADÃOS EM GERAL

É o mais importante termómetro de medição de uma economia, confirmando se ela é ou não saudável e se isso não for considerado com responsabilidade na análise profunda e real da economia de um país, será uma falácia considerá-la em desenvolvimento sustentável caso esse poder de compra não seja equilibrado ou em crescimento.

Não se pode afirmar que uma economia está em desenvolvimento sustentável se os seus cidadãos em geral não tiverem um poder de compra suficiente e equilibrado ou não estiverem a melhorar substancialmente o seu poder de compra real.

É impossível, falando de um mercado interno não exportador de qualquer país, que se possa considerar a possibilidade de desenvolvimento de sua economia, se os seus cidadãos não tiverem um poder de compra suficiente para alavancar essa economia pois ninguém, nenhum empresário, pode produzir ou diversificar, se não vender.

Há que considerar esta premissa para uma análise mais profunda e uma compreensão real dos caminhos políticos e económicos a seguir e a construir, promovendo o desenvolvimento sustentado de uma nação. Caso isso não seja considerado como essencial, *um poder de compra dos cidadãos suficiente*, certamente as possibilidades de

sucesso de uma economia serão quase nulas e haverá certamente um patinar na lama não motivador para aqueles que realmente querem e podem desenvolver essa economia e que são os seus empresários mais capazes, competentes e responsáveis.

Em Angola vive-se uma realidade em que os cidadãos, numa maioria, deixaram de ter um poder de compra suficiente e estável, mas os decisores continuam a considerar que uma economia se desenvolve de cima para baixo, à maneira comunista, aonde a economia é planificada e os cidadãos são robots cumpridores desse planeamento, aonde a mediocridade e o compadrio são a pedra filosofal na solução dos problemas.

É um erro grave esta ideia pois o que se passou na antiga União Soviética e o que se passa em alguns países comunistas, demonstram claramente que o desenvolvimento só pode nascer de baixo para cima, com a participação directa e obrigatória de todos os cidadãos e a administração pública deve ser mais sábia e experiente e apenas orientadora de políticas de desenvolvimento pois um administrador ou empresário privado não se faz de cima para baixo mas caminhando de baixo para cima e com humildade, com muito trabalho e muito boa vontade.

E caso a administração pública não tenha consciência dessa realidade em que a economia não se faz de cima para baixo nem impondo planeamentos, continuar-se-á a viver um tempo desorientado, de azimutes perdidos, numa ilusão colectiva, sem nunca se chegar a lugar algum, até que um dia, ao acordar, outros de fora tomaram conta e isso já sucede em vários países.

Também se insiste que a agricultura, pequena e média, é a solução dos problemas em Angola. Não é justo responsabilizar a pequena e média agricultura com tamanha carga. A pequena e média agricultura é muito importante com certeza no desenvolvimento de qualquer nação, mas certamente não é ela quem pode resolver a economia no seu todo e na sua profundidade.

A pequena e média agricultura será sempre dependente de inúmeros factores tais como a água das chuvas e outras, o tempo, a mão de obra capaz e responsável, os jovens estarem disponíveis para ela, etc.

A pequena e média agricultura é muito diferente da grande agricultura industrializada aonde os investimentos financeiros e técnicos são muito grandes e esta sim, capaz de alavancar também a economia de um país, em conjunto com outras alavancas económicas.

É preciso olhar esta realidade e não responsabilizar o pequeno e médio agricultor para tamanha empreitada.

Para se tirar a economia angolana do imbróglio aonde se encontra, é urgente apostar em soluções mais rápidas e mais realistas, que ajudem a alavancar a economia, chave do sucesso de qualquer nação, pois só assim serão diminuídas as dificuldades gerais dos cidadãos, eliminando-se a fome e permitindo-se um pensar maior.

## **OS TRÊS PILARES PARA UMA EMPRESA DE EXCELÊNCIA**

Uma nação só pode desenvolver se a maioria de suas empresas tiverem a excelência como seu foco normal de funcionamento no dia a dia.

As empresas modernas têm três pilares fundamentais de sustentação: o pilar económico, o pilar social e o pilar ambiental.

É importante fazer alguns comentários introdutórios sobre o que é uma economia moderna e é preciso não esquecer que a economia actual, neste século XXI, já não considera o crescimento e desenvolvimento de um país apenas a partir de seu PIB (produto interno bruto).

Hoje em dia para se medir o grau de desenvolvimento de uma economia, em todos os países, é necessário contabilizar o seu PIB, mas também considerar o grau de desenvolvimento social, ambiental e económico de cada país e de seus cidadãos em particular.

O PIB representa o crescimento económico, mas o verdadeiro desenvolvimento está no equilíbrio económico, social e ambiental e estes três elementos somados, em conjunto, é que definem o verdadeiro grau de desenvolvimento de uma nação.

Por isso, as empresas mais modernas, mais avançadas, mais desenvolvidas, têm três pilares de sustentação: o pilar económico, o pilar social e o pilar ambiental.



Uma empresa, hoje em dia, que não respeite o ambiente, não o preserve, que não tenha o seu foco no equilíbrio e preservação ambiental, certamente não é uma boa empresa, não tráz desenvolvimento, não é uma empresa de excelência. *O pilar ambiental* é fundamental e urgentíssimo neste ano de 2021.

*O pilar social* também é fundamental pois uma empresa que não se preocupe em ter salários que sejam motivação para os funcionários, não se preocupe com o transporte, alimentação, com habitação, etc., de seus colaboradores, e apenas o dono ou donos se beneficiam da empresa economicamente, ela certamente não é uma empresa preocupada com o desenvolvimento sustentado social, não é uma empresa de excelência, portanto o pilar social é também fundamental para que os funcionários, os colaboradores, participem realmente no desenvolvimento e crescimento da empresa de forma equilibrada e conseqüentemente do desenvolvimento do país.

O terceiro pilar é *o económico* que se subdivide em dois: o administrativo e o produtivo. Uma empresa que não tenha uma boa administração, uma administração de excelência, certamente não é uma boa organização.

Uma empresa que não tenha uma contabilidade organizada, uma boa organização dos recursos humanos, que não cumpra com suas obrigações financeiros e institucionais, certamente não tem uma boa administração e não conseguirá crescer de forma sustentada, não conseguirá ampliar seus investimentos.

Uma empresa para se desenvolver mais, precisa de ter uma administração de excelência. Se ela não é bem administrada, a sua área produtiva terá muitas dificuldades em ter uma produção de qualidade e não terá um bom produto acabado e não será uma boa empresa.

Portanto no pilar económico a empresa deve ter uma boa administração e uma boa produção.

Resumindo, uma empresa moderna tem de estar focada em três pilares, económicos, sociais e ambientais e sem isso nunca será uma empresa de excelência e um país não pode desenvolver-se sustentadamente se suas Instituições públicas e privadas não considerarem estes três pilares também e se a maioria de suas empresas não tiverem este grau de excelência.



# Índice

<b>CAPITULO I</b>	<b>O PODER DE COMPRA DOS CIDADÃOS ANGOLANOS.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPITULO II</b>	<b>ANGOLA NOVOS INVESTIMENTOS.....</b>	<b>42</b>
<b>CAPITULO III</b>	<b>AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA.....</b>	<b>60</b>
<b>CAPITULO IV</b>	<b>IMPOSTOS &amp; “IVA”.....</b>	<b>66</b>
<b>CAPITULO V</b>	<b>ENERGIAS ALTERNATIVAS.....</b>	<b>70</b>
<b>CAPITULO VI</b>	<b>PRODUÇÃO CULTURAL &amp; MECENATO .....</b>	<b>74</b>
<b>CAPÍTULO VII</b>	<b>ANGOLA EMPRESAS MODERNAS .....</b>	<b>78</b>
<b>CAPÍTULO VIII</b>	<b>ANGOLA MERCADO EXPORTADOR .....</b>	<b>82</b>
<b>CAPÍTULO IX</b>	<b>LUANDA SEUS ESTRANGULAMENTOS NOVAS CAPITAIS .....</b>	<b>90</b>
<b>CAPÍTULO X</b>	<b>ANGOLA PROVINCIA DA HUILA SUA ECONOMIA &amp; SUAS GENTES ...</b>	<b>100</b>



## PREFÁCIO

Depois de ter lido uma das mais recentes obras do Professor Valdemar F. Ribeiro, com o título, "Angola, sua economia. Seus estrangulamentos" veio-me a ideia de fazer uma sondagem aos mais bichudos episódios do quotidiano angolano em especial da Huíla.

A sondagem (empírica) assentou-se sobretudo em aspectos como:

- Estado actual dos sectores: agrário, pecuário, comercial, educacional, energético (relativo à energia), das águas, empresarial, do emprego, ambiental e monetário.

Embora a referida sondagem tenha apenas com um cariz empírico, consegui por seu intermédio, concluir, sobre a matéria em causa o seguinte:

- Sobre a obra, acho-a pertinente e acertada pela forma como aborda as questões relacionadas aos factos eleitos, uma vez que constituem, sem sombra de dúvidas, o cordão nevrálgico, condicionador, do desenvolvimento social que se almeja há tantos anos.

A linguagem utilizada está ao alcance de qualquer leitor ou auditor, pois não se fecha em

conceitos ligados às matérias específicas, objectivo da reflexão.

Embora o enfoque aludido deixe qualquer um resvalar para o âmbito da crítica, do reparo, da admoestação, etc., todos os assuntos obtiveram baterias de solução em jeito de propostas que devem ser aproveitadas como objecto de estudo muito valioso.

A obra demonstra, com nitidez, o entrosamento que deve existir entre os agentes económicos e o Estado para a montagem e realização exitosa do circuito económico.

A obra faz uma abordagem profundamente séria sobre o papel, lugar e momento da participação da parte estrangeira na economia nacional, regional e local, para além de indicar os principais sectores da incidência positiva do que se chama de cooperação.

A questão dos comportamentos recomendáveis para a génese e desenvolvimento dum circuito económico como aspecto de elevada importância, não deixou de ser tema de abordagem, deixando, específicas e positivas sugestões para o seu exercício.

A obra demonstra que o autor detém uma vasta gama de conhecimentos adquiridos ao longo de muitos anos de trabalho, estudos, conversas e debates, fazendo do mesmo uma

individualidade com garra e vontade de cooperar na busca de aplicação de soluções credíveis para a saída da presente situação socio-económica e empresarial que muito tristemente o País e a Huíla em particular estão passando, como reféns.

Resta apenas convidar a todos quantos dela tiveram contacto, a maior dedicação intelectual para aproveitamento activo e prático das sugestões.

Por último, elogiar e agradecer ao autor pelo empenho incansável pelo bem da classe empresarial, da Huíla, da região e do País, ao mesmo tempo que vaticino que nos venha documentar com mais obras, neste e noutros assuntos.

Bem-haja aos construtores de uma Angola de bem para todos.

Lubango, 14 de outubro de 2021

***Professor Carlos Alberto "CHIA"***









# **CAPITULO I**

## **O PODER DE COMPRA**

### **DOS CIDADÃOS**

#### **ANGOLANOS**

O Principal medidor, termômetro, de uma economia é o poder de compra de seus cidadãos.

Não se pode dizer, de modo algum, que uma economia está indo bem ou está a crescer sustentadamente ou está a diversificar-se ou há investimentos sustentáveis, se o poder de compra de seus cidadãos for baixo ou estiver a diminuir, de uma forma geral.

No caso do poder de compra dos cidadãos angolanos, desde há alguns anos que esse indicador vem diminuindo bastante e fala-se aqui a partir da observação da realidade de cada dia. E esse poder de compra real de cada dia, esse termómetro, é quem indica ou mede se a economia é saudável ou não.

No caso de Angola, sua economia não anda saudável pois constata-se, neste ano de 2021, que as pessoas têm cada vez mais dificuldades económicas e financeiras para comprar os produtos básicos e essenciais de que necessitam para viverem minimamente. Os produtos alimentares e outros, importados ou não, estão cada vez mais inflacionados, mas os salários continuam cada vez mais desvalorizados pois a moeda kwanza também anda muito desvalorizada.

Um olhar para esta realidade económica em Angola, mostra que nos últimos tempos se vêm cada vez mais adultos e crianças nas ruas de todas as cidades a pedirem esmolas.

Também se fala que a pequena e média agricultura pode resolver os problemas económicos do país, o que não é verdade. A economia agrícola, pequena e média, é uma economia com poucos investimentos financeiros e as tecnologias utilizadas geralmente não são as mais

avançadas e actualizadas pois são caras e tecnologicamente difíceis na sua utilização e essa economia agrícola será sempre uma pequena economia.

Não será a pequena e média agricultura quem poderá alavancar a economia angolana. A economia precisa de divisas para se desenvolver e a pequena agricultura não tem um papel exportador capaz de obter divisas, a pequena agricultura não é exportadora por natureza.

A pequena agricultura é dependente de muitos factores, por exemplo o tempo, a água, a mão de obra especializada, os investimentos técnicos e biológicos, etc. É uma agricultura muito dependente que se pode considerar sazonal.

É diferente da grande agricultura, dos grandes investimentos financeiros e técnicos agrícolas, mas em Angola ainda não há, de forma suficiente e sustentada estes grandes investimentos agrícolas. Há um caso ali, um caso aqui, mas não de uma forma consistente capaz de alavancar a economia no seu todo.

Para se tirar a economia angolana deste imbróglio aonde se encontra, é urgente apostar em soluções de efeito mais acelerado e real e menos arriscado que ajudem a melhorar significativamente a economia no seu conjunto pois o “boom” do petróleo acabou e há que buscar outras soluções que nem no tempo colonial estavam ainda em acção. Angola tem potencial para isso, mas precisa de ser mais ousada e capaz realmente, não bastam teorias ou ordens do exterior tais como as do FMI ou do Banco Mundial, Instituições que residem em países muito mais avançados e longe dos problemas reais africanos.

É importante identificar quais os principais estrangulamentos da economia angolana e perceber quais as soluções para esses nós. Pode-se constatar de imediato, pelo menos, nove estrangulamentos nesta economia e que são visíveis facilmente desde que haja uma maior atenção e observação.

Teorias nascidas nas escolas dos primeiros-mundos, países mais desenvolvidos, não consideram as realidades profundas de cada povo e de cada lugar e basta olhar os resultados das acções políticas, militares e económicas dos americanos e ingleses no mundo e no norte de África em particular, locais de onde extraíam seus petróleos. Essas acções dos americanos e ingleses desmontaram as nações denominadas Iraque, Líbia, Afeganistão e outros países naquela região, impondo medidas políticas, militares e económicas à moda ocidental, sem considerar a realidade local de cada um, e após anos e anos de lutas violentas impondo modos de viver ocidentais, e os resultados dessas intervenções foram catastróficos e pode-se constatar isso agora, neste ano de 2021, no Afeganistão e suas desgraças.

Têm de ser os melhores empresários de cada país, em parceria com os decisores nacionais e em parceria com as suas academias de excelência, a encontrarem as melhores soluções, as mais viáveis, para dar rumo à economia angolana, de outro modo vai-se continuar em teorias cujos resultados podem ser críticos e é o que está a acontecer em Angola. Com certeza que escutar as opiniões e conselhos dos outros é sempre muito importante, mas tem de ser cada um, no seu espaço, a decidir o que é melhor ou não para se alcançar um desenvolvimento sustentado.

O primeiro estrangulamento, um dos mais graves ou o mais importante termómetro do desenvolvimento da sociedade angolana, é a perda do poder de compra da grande maioria dos seus cidadãos e que se acentuou nos últimos anos devido à desvalorização da moeda Kwanza de uma maneira descontrolada e abrupta, sem que o Governo tivesse cacifo para enfrentar esse jogo arriscado, sem se preparar devidamente antes de liberar esse jogo cambial pois os mercados económicos em todo o mundo são extremamente abusados e gananciosos e sem contemplações.

Esta desvalorização da moeda acentuou-se com a flutuação livre do câmbio, sugestão e imposição do FMI, e sem que Angola primeiro fizesse os seus deveres de casa, sem que primeiro conseguisse uma reserva cambial, um lastro em divisas suficiente para contrapor a flutuação cambial pois os mercados cambiais e comerciais paralelos são muito aguerridos e gananciosos pois o que mais importa é o ganho financeiro sem importar o resto, normalmente.

Angola entrou neste jogo cambial sem ter contrapartidas em divisas que permitissem um controle da flutuação brusca e abrupta da moeda kwanza e sem que o Governo tivesse tempo para desenvolver e aplicar outras medidas económicas e financeiras para um desenvolvimento mais sustentado e acelerado da economia de modo a contrabalançar a desvalorização cambial de sua moeda.

Foi um grande risco e com prejuízos avultados para a economia angolana e em especial seus cidadãos e seus empresários que não tiveram responsabilidade directa nestas decisões nem foram tidos nem achados neste jogo.



O Governo decidiu por imposição do FMI. Ponto final. Todos os angolanos residentes estavam obrigados a participar neste jogo com poucas regras. Não foi uma decisão justa nem imparcial.

Com a desvalorização acentuada do Kwanza, os cidadãos que conseguiram manter seus empregos, perderam muito do seu poder de compra e sem falar dos outros cidadãos que não tinham emprego ou que perderam seus empregos pois as empresas aonde trabalhavam foram à falência em pouco tempo e sem falar dos cidadãos que viviam ou passaram a viver de biscates ou que nem isso têm.

Esta desvalorização acentuada do Kwanza devido à flutuação livre cambial, gerou uma acentuada inflação dos produtos importados, incluindo os alimentares, e dos produtos nacionais, de uma forma geral.

Com esta flutuação cambial abrupta e conseqüente inflação e perda do poder de compra do Kwanza, muitas empresas angolanas e estrangeiras, pequenas e médias, foram e estão a ir para a falência e conseqüente perda dos postos de trabalho, perdas salariais e de outros benefícios.

Os financiamentos bancários em Angola sofrem juros muito altos, entre quinze e vinte e cinco por cento, e isso não permite muitos investimentos e menos ainda investimentos na pequena e média agricultura que é uma economia que demora a dar retorno financeiro e não dá grandes lucros monetários.

Se forem comparados os investimentos bancários em Angola com os investimentos bancários em outros países mais desenvolvidos, há uma enorme diferença nos juros e

por vezes em outros países os juros são até nulos o que facilita os investimentos pois são moedas mais estáveis. Na Europa e Japão os juros bancários são de um, de dois e até de zero por cento e menos burocráticos pois a maioria de suas empresas são bem organizadas, o que facilita muito a busca por investimentos.

Em Angola, mesmo que as pessoas pretendam fazer investimentos e tenham acesso a esses financiamentos bancários, os riscos da actual economia são grandes e impeditivos e a agricultura corre mais riscos.

Pode-se buscar o exemplo do “boom” económico que Angola teve em 1988, com o advento da paz e antes da guerra de 1992, um “boom” de investimentos privados de pequeno e médio porte. Com a paz naquela altura, muitos investidores estrangeiros, pequenos e médios, e investidores angolanos, ousaram investir em Angola, sem que o Governo tivesse uma grande intervenção. Foi um “boom” de investimentos privados feito de forma natural e sem ser planeado.

Ou seja, com a paz naquela altura, 1988, muitos pequenos e médios investidores privados, estrangeiros e nacionais, ousaram investir suas poupanças em Angola e geraram um desenvolvimento económico acentuado

**Houve um desenvolvimento económico acelerado porque os cidadãos angolanos naquela altura tinham um maior poder de compra e os produtores, os investidores, produziam e conseguiam vender e porque a moeda nacional estava estável pois o câmbio era controlado pelo Governo.**

Depois veio a guerra em 1992 e esses investidores perderam muito e os estrangeiros tiveram de regressar às suas terras de origem perdendo o que investiram. Certamente quem perdeu não se atreve a investir novamente e quem naquela altura tinha trinta ou quarenta anos, hoje tem sessenta ou mais anos de idade e não tem ânimo nem coragem para voltar a investir. A idade pesa muito nas decisões pois quem é “mais velho” não tem o mesmo ânimo de uma pessoa mais nova que nunca perdeu seus investimentos.

Quem tinha retornado para Portugal, por exemplo, após a independência de Angola, e com os sinais dados por Angola em 1988 de país acolhedor e pacífico, aqueles que tinham algumas poupanças e ainda tinham amor à terra angolana e saudades e ainda tinham uma idade que permitia aventuras, decidiram “per si” investir em Angola pois acreditaram que o novo país poderia caminhar economicamente. Não aconteceu assim e isso, certamente, impede novas aventuras económicas e novas ousadias. Estamos em 2021 e perante uma economia angolana bastante difícil em todos os sentidos.

Angola não é um país exportador. Até agora, tem sido essencialmente importador e a maior parte dos produtos aqui produzidos não são para exportar e até porque esses produtos, na maioria, não são exportáveis., por várias razões.

Quem produz em Angola tem como foco, de imediato, o mercado interno, mas como o poder de compra dos cidadãos e das empresas é diminuto, há muitas dificuldades nessas vendas e não há, desse modo, incentivo à produção interna e sua diversificação.

Há também uma concorrência desleal de muitas empresas em Angola que não trabalham de forma legal, não têm qualidade e por isso seus preços são baixos e fazem uma concorrência desleal às empresas que trabalham de forma legal.

Há também os “lobbys” (grupos de influência) de comerciantes que importam produtos que já se produzem em Angola e com preços mais baixos fazem concorrência desleal aos produtores nacionais que por produzirem menos ou produzirem com custos maiores, os seus produtos têm preços mais altos do que os importados.

Em Angola, neste momento, o pouco que produz não é para exportar na sua maioria, até porque o mercado externo é extremamente concorrencial e Angola não tem cacifo para enfrentar esse jogo internacional que na sua maioria é ganancioso e sem contemplanções económicas e financeiras e até politicamente. O que mais importa nas economias globais de hoje é ganhar sem olhar a meios.

O mundo económico global é muito difícil, complexo, muitas vezes sem moral, e não quer saber de prejudicar os outros ou não, quer é ganhar dinheiro a qualquer preço e a qualquer custo. Basta olhar o que se passa no mundo humano em geral e em muitos países aonde as máfias comandam os destinos, os cidadãos em geral acham que são livres, livres de pensar, livres de decidir, livres de escolher, etc., mas na verdade são comandados sem saberem, muitas vezes.

As “máximas” que os antigos filósofos tais como “Sócrates” afirmavam: “PENSO LOGO EXISTO”, “SOU

UM LIVRE PENSADOR”, “SER OU NÃO SER“, e tantas outras, supunham os cidadãos como seres livres de pensar e agir. É uma ilusão, pois na vida estamos todos sujeitos às intempéries e às decisões de terceiros, mesmo que não tenha percebimento desta realidade e por isso é bom ter cuidado ao se analisarem estas realidades da vida.

Angola neste momento não é um país capaz de produzir e enfrentar a concorrência internacional, exceptuando a exportação de algumas matérias-primas em bruto, o que não é, certamente, um ganho sustentado real nem uma vantagem económica. Angola teve algum aparente ganho até agora com a exportação do petróleo bruto, mas, na verdade, poucas vantagens reais tem obtido para o seu país, a não ser uma sobrevivência para o dia a dia. Angola não tem tido um desenvolvimento sustentado.

Tudo ou quase tudo o que se produz em Angola, neste momento, exceptuando os investimentos multinacionais, é para abastecer o mercado interno muito carente. Para haver novos investimentos e uma diversificação da economia, os produtos têm de ser vendidos no mercado interno, mas se os cidadãos não têm um poder de compra razoável, eles não vão poder comprar e o produtor, o investidor, não irá vender.

Se o cidadão não tem poder de compra, não pode comprar os produtos essenciais para a sua sobrevivência e se antes comprava duas garrafas de água de mesa, agora só compra uma ou nenhuma e é obrigado a beber águas das torneiras muitas vezes impróprias ou águas dos rios ou das cacimbas. Como resultado disso, vêm as cóleras, as doenças, os

hospitais e as morgues e o Governo tem de aumentar suas despesas com a saúde pública.

Angola não é, até agora, um país exportador e isso impede uma valorização da moeda Kwanzas pois se exportasse haveria uma aquisição de divisas externas e essas divisas dariam lastro à moeda angolana, valorizaria a moeda e aumentaria o poder de compra dos cidadãos. Não havendo exportações, não há valorização da moeda. E sem valorização da moeda não há possibilidades de desenvolver a economia interna. É preciso haver uma discussão pública e profunda desta realidade.

Quando se fala em exportação, é necessário perceber que quando se exporta em bruto, perde-se a mais-valia dos produtos. O que adianta exportar em bruto se depois compram-se os produtos acabados a um preço muito mais elevado ou seja, exportar em bruto não é um ganho real.

Quando falamos em ferro, tem sido natural uma exportação em bruto, mas a África do Sul tem empresas produtoras de aço que fecharam e que poderiam ser atraídas para virem para Angola e desse modo talvez se pudesse produzir aço para consumo interno e até externo.

Por exemplo, Portugal não permite a exportação de vinho e azeite em bruto, em granel, em bidons de vinte litros por exemplo e os produtores de azeite e vinho só podem exportar em latas ou garrafas como produtos acabados pois isso dá uma mais-valia aos produtos e ao país. Há um ganho real.

Angola exporta em bruto, normalmente, e isso não tráz uma valorização acentuada da moeda Kwanza, prejudicando a economia do país e o poder de compra dos cidadãos.

Querer melhorar o poder de compra dos cidadãos através de simples aumentos salariais, não é a solução mais equilibrada pois o mercado em quase todos os lugares do planeta são muito gananciosos e especulativos e querem um ganho rápido e fácil.

Se os salários dos funcionários públicos forem aumentados em dez por cento, o mercado no dia anterior já sabe dessa decisão e no mesmo dia aumenta os preços dos produtos não em dez por cento, mas em quinze ou vinte por cento e essa medida salarial fica esvaziada e inflaciona o mercado já de si especulativo e inflacionado, prejudicando mais uma vez os cidadãos em geral.

A via mais correcta e ágil para melhorar a economia, é melhorando o poder de compra dos cidadãos em geral, não há outra maneira pois Angola não é um país exportador para adquirir divisas e dar lastro à moeda.

Não havendo divisas, não há lastro para valorizar a moeda e se não há lastro, os cidadãos vão continuar estagnados sem poder de compra, cada vez terão mais dificuldades em suas vidas.

É muito importante uma discussão sobre este assunto e não se pode dizer que a economia está a melhorar se o poder de compra dos cidadãos não está a melhorar. E isso só é possível através da valorização da moeda. Não há outro caminho. Angola não pode dizer, como se houve muitas vezes nas rádios e nas televisões, que a economia está a

andar, está a melhorar, está a haver novos investimentos, etc., mas a economia angolana só estará a andar se os cidadãos melhorarem seu poder de compra.

Há várias opções para resolver este imbróglio, este estrangulamento, e uma delas é o ouro que pode ser uma alternativa válida se for bem pensada.

*“Após a Segunda Guerra Mundial, um sistema semelhante ao padrão-ouro, algumas vezes chamado "padrão dólar-ouro", foi estabelecido pelos Acordos de Bretton Woods. Sob este sistema, muitos países fixaram suas taxas de câmbio em relação ao dólar dos Estados Unidos. Os EUA prometeram fixar o preço do ouro em aproximadamente \$ 35 por onça troy (31,104 gramas). Implicitamente, portanto, todas as moedas atreladas ao dólar também tinham um valor fixo em termos de ouro.*

*Essa fase do padrão-ouro, o padrão dólar-ouro, terminaria em 1971, quando os EUA abandonaram inteiramente o sistema de Bretton Woods, em razão das crescentes necessidades de financiamento decorrentes da Guerra do Vietnã.*

*Sob a administração do Presidente francês Charles de Gaulle, até foram 1970, a França reduziu suas reservas de dólar, trocando-as por ouro do Governo americano, reduzindo a influência econômica dos Estados Unidos no exterior.*

*Nos anos seguintes, quando os bancos centrais europeus mostraram a intenção de resgatar, em ouro, o máximo possível de seus inflados estoques de dólares, Nixon, ao mesmo tempo em que impunha um congelamento de preços*



*e salários nos Estados Unidos - na vã tentativa de controlar a inflação no país - decidiu, em 15 de agosto de 1971, unilateralmente e sem prévio aviso, pôr fim ao que restava do padrão-ouro, acabando com a convertibilidade direta do dólar em ouro e quebrando o sistema de Bretton Woods (o "Choque Nixon").*

*Os EUA não mais honrariam o compromisso assumido em 1944 e, pela primeira vez na história, o dólar tornava-se totalmente fiduciário, ou seja, sem qualquer lastro em ouro. Mesmo aquele tênue elo com o ouro, mantido desde 1933, estava agora definitivamente cortado, e o mundo voltava ao sistema fiduciário dos anos 1930, com a diferença que nem mesmo o dólar possuía agora qualquer ligação com o ouro.*

*Essa decisão foi ratificada na reunião do Fundo Monetário Internacional, realizada na Jamaica em 1973, de modo que o ouro se tornaria doravante apenas uma mercadoria e não mais meio de pagamento. Isso levou a que o sistema monetário internacional passasse a atuar no chamado esquema das taxas flutuantes de câmbio.*

*Era para ser uma medida temporária, com o preço do ouro em dólar e a taxa oficial de câmbio constantes. A revalorização das moedas era o principal objetivo do plano. Mas nenhuma revalorização oficial ou resgate ocorreu. Posteriormente, o dólar flutuou. Afinal, para restaurar uma ordem monetária internacional, agora sem qualquer vínculo com o ouro, os EUA levaram o mundo a implementar o Acordo Smithsonian, firmado em 18 de dezembro de 1971.*

*Por esse acordo, o dólar foi desvalorizado, passando de US\$ 35 para \$ 38 por onça troy de ouro, enquanto as moedas de outros países foram apreciadas. No entanto, a conversibilidade em ouro jamais seria retomada. Em outubro de 1973, o preço do metal foi aumentado para \$ 42,22 por onça. Em outubro de 1976, o Governo americano mudou oficialmente a definição do dólar, e todas as referências ao ouro foram removidas dos regulamentos. A partir de então, o sistema monetário internacional seria constituído de pura moeda fiduciária”.*

Hoje em dia com as crises da economia mundial e com a agravante da Covid19 que veio atrapalhar e vai complicar cada vez mais as economias mundiais, quase todos os países do mundo que podem, desde os mais desenvolvidos aos menos, estão a investir em ouro como reservas monetárias, lastro para as suas moedas, e este ouro é depositado nos Bancos Centrais desses países; uma parte desse ouro é convertido em divisas para compra de matérias-primas e outros produtos. Esta procura pelo ouro, é uma forma de garantir que as moedas internacionais se protejam das oscilações económicas mundiais visto ser um metal raro e valioso.

Angola é um país potencialmente rico em minerais, ouro, ferro, petróleo, diamantes, águas, etc., e a saída mais rápida para recuperar a economia seria uma exploração mais correcta e responsável do ouro, mas não uma exploração insípida e desordenada que se assiste em Angola, feita por pessoas não confiáveis, por empresas que sequer pagam impostos devidos e muitas vezes esses minerais saem de Angola através de diversas maneiras escusas e ilegais.

Os chineses e outros povos fazem uma exploração artesanal deste mineral aqui em Angola, uma exploração errada e ambientalmente desequilibrada e levam este ouro para fora do país de forma escondida, é levado nos bolsos ou escondidos nos carros, transitando, e nas fronteiras terrestres, como muitas vezes se assiste nos noticiários. Quem perde é a nação angolana e desse modo não consegue recuperar a sua economia.

Há outras maneiras mais ordenadas e responsáveis de explorar este mineral raro. O ouro como alavanca da economia angolana deve ser explorado de outra forma. Permitir que pequenos grupos ou empresas facilmente explorem o ouro, de forma artesanal ou semi-mecanizada, é permitir que este mineral continue a ser desviado para fora do país e os chineses, naturalmente, enviam esse ouro para a China, seu país de origem pois só confiam em seu país.

A saída mais correcta para uma exploração que realmente traga benefícios para a economia angolana, seriam contractos bilaterais entre o governo angolano e alguns poucos países mais responsáveis e competentes. Contracto governo a governo com países confiáveis tais como a Dinamarca, Suécia, Finlândia e mais uns poucos, e esses contractos seriam por tempos médios aonde as empresas seriam fiscalizadas por Angola e quando os contractos terminassem, teriam de fazer uma entrega dos projectos de forma a continuarem na mão dos angolanos ou poderiam continuar na mão desses países desde que fosse de interesse de Angola.

Seria esta uma maneira mais controlada e justa, mais equilibrada, para uma exploração deste mineral de forma a

trazer benefícios rápidos e justos para a economia angolana e talvez assim a moeda angolana, em tempo ágil, poderia recuperar o seu valor e aumentar o poder de compra de seus cidadãos.

Se isso acontecesse, a valorização da moeda aumentaria o interesse por investimentos em Angola dos pequenos e médios empresários, nacionais e estrangeiros pois os cidadãos poderiam comprar os produtos e não haveria tanto a necessidade de intervenção do governo na economia.

Pequenos grupos ou pequenas e médias ou grandes empresas particulares a fazerem exploração deste mineral será sempre uma maneira de permitir desvios ilegais para outros países e pouco beneficiando Angola. É o que estamos a assistir.

Depois assistimos pessoas como o Sr. Tony Blair, ex-Primeiro Ministro inglês, a visitar Angola e querendo dar conselhos e a fazer grandes elogios à economia angolana e afirmando que estamos no caminho certo. É estranho que este senhor faça tantos elogios quando sabemos que a nossa economia anda com pernas curtas e há muitas e muitas pessoas a passarem fome e sede.

Deveríamos estar mais atentos a estes tipos de elogios pois este senhor, juntamente com o ex-Presidente americano sr. Bush e com o ex-Presidente da Comissão Europeia sr. Durão Barroso, há uns quinze ou vinte anos atrás, utilizaram-se de informações falsas, dizendo que o presidente iraquiano sr. Saddam Hussein tinha armas químicas e outras armas para atacar os vizinhos e o mundo. Este país Iraque era uma das fontes de petróleo que

abastecia a América e Inglaterra e, com estes argumentos falsos, o Iraque e a Líbia foram invadidos e destituíram estes dois ditadores de seus cargos, e os americanos diziam que iam transformar estes países em nações melhores e mais democráticas.

Claro que o Sr. Saddam e o Sr. Moammar Gaddafi eram ditadores em seus países, mas após estes seus países serem invadidos pelos americanos e pelos ingleses, a situação política e militar nestas regiões piorou muito e hoje em dia, 2021, temos toda a África e Europa invadidos e sendo atacados pelo terrorismo internacional pois passou a haver muito mais confusão nestas regiões todas.

Na verdade, os americanos e os ingleses sempre se aproveitaram dos incautos para dominar e beneficiarem-se economicamente, essa é a verdade.

Há vinte anos atrás o sr. Bush ordenou a invasão do Afeganistão para eliminar os Talibans e agora em 2021 os americanos foram obrigados a abandonar este país e deixaram-no pior do que já estava após gastarem mais de dois mil milhões de dólares.

Portanto, recebermos conselhos de países que deram muitos maus exemplos ao mundo, talvez não seja uma boa ideia e há que ter mais cuidado. Angola precisa de questionar antes de receber conselhos dos outros países. A teoria é boa e todos queremos mais democracia, mas é importante prestar atenção se o exemplo dos outros é melhor ou não.

Hoje temos gravíssimos problemas com o terrorismo mundial em muitos países, o grupo terrorista Daesh é um exemplo e Moçambique aqui ao lado já está a sofrer

directamente com este terrorismo que antes não existia e tudo isto piorou por causa de países como os Estados Unidos e Inglaterra que invadiram os países do norte de África, militar e politicamente, mas deixaram estes lugares em pior estado do que antes.

Receber conselhos é sempre bom, mas há que ter cuidado se esses conselhos são os melhores e os mais correctos.

É importante prestar atenção a quem nos quer ensinar e se o exemplo deles é bom ou não. O sr. Blair agora anda a querer ensinar a África e Angola em particular.

Por isso, temos de observar bem os conselhos que o FMI quer dar a Angola. Esta Instituição é de respeito, mas seus responsáveis vivem em cidades do primeiro mundo, Nova Iorque, Londres, e outras, e por conveniência e facilidade, querem aplicar as mesmas medidas e regras para todos os países. África, América, Europa são continentes muito diferentes uns dos outros e suas sociedades também, por isso as medidas económicas, financeiras e políticas aplicadas na Europa não podem ser as mesmas a aplicar em África ou na Ásia. A África não é igual à Europa, a Ásia não é igual à América, são regiões sociais, ambientais e políticas muito diferentes umas das outras. Há que considerar isto de forma muito prudente, profunda e responsável senão repetem-se os mesmos erros, muitos a perderem e uns poucos sempre a ganharem.

E estes senhores do FMI e outras Instituições internacionais e pessoas como o sr. Blair que gostam sempre de estar em destaque, estrelas no palco, vêm a Angola dizer como esta

tem de proceder e a quererem ensinar o pai-nosso ao vigário.

Angola pode e deve escutar os conselhos que os outros querem dar pois esse é o jogo político e económico, mas Angola tem de ter a coragem e ousadia de decidir quais as suas atitudes mais equilibradas e melhores para a sua nação senão vai-se continuar neste marasmo. O Presidente de Angola anda em outros países a solicitar investimentos e andamos completamente dependentes dos outros sem fazer devidamente e prioritariamente o trabalho de casa.

As grandes empresas multinacionais dos petróleos e outros investimentos certamente vieram, vêm e continuarão a vir se estiverem a ganhar muito e até quando for possível pois seus investimentos são sempre muito seguros e de retorno garantido pois são negócios com garantias soberanas.

Mas os pequenos e médios empresários estrangeiros não têm como vir para Angola pois não são negócios com garantias soberanas e as dificuldades internas em Angola são tantas que se ele vier, vai perder seus investimentos e eles sabem disso a partir de informações, sigilosas algumas, de suas embaixadas. As embaixadas têm informação bastante para aconselharem seus empresários antes de virem investir.

O único caminho para Angola resolver as suas dificuldades económicas e sair desta embrulhada aonde se encontra, é fazer o seu trabalho de casa. É resolvendo os seus problemas internos, os problemas de seus empresários nacionais. A questão não é a falta de empresários nacionais. Há gente nacional com capacidade para investir e trabalhar

e até com muita experiência. Os problemas são as dificuldades internas desmotivadoras economicamente para investir e trabalhar.

São dificuldades burocráticas muitas vezes e outras como os bancos com juros muito elevados, energia, transportes, estradas, despreparo dos administradores públicos, corrupção, irresponsabilidades, Tribunais que decidem cada um à sua maneira, falta de uma jurisprudência, inexistência de uma autoridade da concorrência, centralismo decisório na capital Luanda, falta de poder de compra dos cidadãos, impostos e multas mal aplicados, falta de produção cultural, etc.

**Mas dois dos principais estrangulamentos da economia angolana estão no centralismo de Luanda com uma população amontoada e desordenada e concentração financeira e política, e a falta de poder de compra da maior parte de seus cidadãos impedindo novos investimentos e enquanto estas duas situações não forem resolvidas, será muito difícil que a economia consiga andar no bom caminho.**

A tendência será Angola andar por caminhos menos bons e correndo o risco de se tornar uma sociedade sem lei e com pouca ordem como há o exemplo de muitos países pelo mundo afora. Há muitos exemplos disso e que podem dizer aonde se vai chegar e Angola precisa de resolver rapidamente seus estrangulamentos pois senão as máfias e os corruptores acabam por ter um poder maior económico e com isso subjagam o poder político e militar e todos os outros poderes, incluindo o da informação. Esta é uma possibilidade real que se vê em muitos lugares do planeta.



.....

# **CAPITULO II**

## **ANGOLA**

### **NOVOS INVESTIMENTOS**

Há um segundo estrangulamento que se pode identificar e que pode ser denominado como “NOVOS INVESTIMENTOS EM ANGOLA”.

Para se investir num país, é necessário que haja motivação para isso. Haja segurança, retorno financeiro, pouca burocracia, haja todo um conjunto de facilidades, dentro da lei, no sentido de não haver muitas complicações senão os empresários estrangeiros e nacionais buscam outros países aonde esses investimentos sejam mais fáceis e mais seguros.

Em Angola identificam-se uma série de dificuldades que não deviam existir mais neste século XXI. O Governo deveria ser mais ágil no sentido de resolver essas dificuldades. Por exemplo, temos uma série de exemplos, terrenos que as empresas, os investidores precisam de comprar para construírem seus novos investimentos. Angola deve ser um dos poucos países no mundo aonde os terrenos são comprados duas vezes: os empresários são obrigados a comprar os terrenos dos populares que não emitem documentos legais, é tudo vendido e comprado de forma informal, e depois os empresários têm de comprar do Governo esses mesmos terrenos, pagando-os pela segunda vez, e só após isso são emitidos os documentos legais ao novo dono.

Ainda assim, depois, aparecem “makas” com outros populares a se dizerem também donos e que dizem não terem sido contemplados na divisão dos primeiros valores financeiros e continua a haver problemas com esses mesmos terrenos, com agressões pessoais, ameaças,

queimadas, cortes das árvores para carvão, destruição das cercas, etc.

Os investidores vão ao Tribunal queixarem-se e esta Instituição muitas vezes ainda defende os confusionistas, dizendo-os “coitadinhos”, mas que criam dificuldades e impedem o desenvolvimento sustentado do país e desmotivam os investidores nacionais quanto mais os estrangeiros.

Se os empresários nacionais enfrentam estas dificuldades todos os dias e são desmotivados a investirem, qual será a motivação que um estrangeiro terá diante desta desordem? E se estes investidores já gastaram uma parte de suas poupanças nestes projectos e se deparam com tudo isto, como farão eles para reaver seus dinheiros gastos e voltar atrás?

Esta situação muito impeditiva de novos investimentos continua a não ser tratada devidamente pelas autoridades competentes por várias razões, algumas delas absurdas e é preciso, urgentemente, uma definição de ordem desde as autoridades maiores do país pois as autoridades menores jamais irão resolver estas querelas pois têm medos dos “feitiços” dos populares e de outras represálias.

Anda o Sr. Presidente a viajar pelo exterior e a “pedir” mais investimentos estrangeiros, numa chamada diplomacia económica em países mais desenvolvidos, mas Angola não precisa “pedir”, basta fazer bem o seu trabalho de casa e organizar a “desordem interna”.

Certamente os pequenos e médios investidores estrangeiros não poderão vir diante destas realidades escamoteadas

muitas vezes, mas as embaixadas dos países mais desenvolvidos têm conhecimento de tudo e informam seus cidadãos, com responsabilidade.

Estamos aqui a falar e escrever por experiência própria. Há treze anos, 2008, tivemos de seguir a lei internacional para construir o nosso projecto de uma fábrica de engarrafamento de águas de nascente e tivemos de definir uma “Reserva Ambiental Nativa” num terreno com duzentos e trinta hectares, localizado no entorno do projecto, de forma a preservar e não serem poluídas as águas. Tivemos de comprar os terrenos no entorno do projecto, comprar dos populares que residiam ali perto, não residiam dentro deste terreno baldio mas estes populares e a administração Municipal local na hora de vender não emitiram nenhum documento legal mas tivemos de pagar directamente nas mãos destes populares o terreno, em dólares, muitos dólares, pois naquela altura o dólar era uma moeda corrente, e depois tivemos de pagar pela segunda vez ao Governo da Província para ter acesso a documentos legais.

Em Angola, geralmente quando se compram terrenos de populares com autorização do soba local, não se emitem documentos legais. São vendas informais, com a suposta participação dos “sobas” e coordenadores de bairro, nas áreas locais. Os empresários que compram esses terrenos, ao seguirem as leis ambientais na construção dos seus novos projectos, reservam muitas vezes uma parte dos terrenos para plantação de árvores e outros aspectos ambientais. O que se assiste muitas vezes são os populares que venderam esses terrenos informalmente a quem

essas árvores e arbustos para fazerem carvão ou queimarem o capim para pasto pois muitas vezes tentam utilizar aqueles mesmos terrenos para o seu gado, de uma forma invasiva e abusiva.

Estas situações acontecem muitas vezes em todas as Províncias e quando se fazem os relatórios destas questões ao Governo Provincial, às Administrações e aos Tribunais, geralmente estes assuntos são protelados, são escamoteados, as Administrações Municipais e Comunais fogem da resolução destes problemas com medo das consequências, com medo de enfrentarem os populares nas suas regiões.

Se o investidor for um empresário, nacional ou estrangeiro, tudo isto torna-se muito mais complicado pois os populares acham que os empresários podem ter prejuízos financeiros e quem perde mais é o investidor. Esta é uma das principais razões por que a economia em Angola tem muitas dificuldades para se desenvolver de forma legal e formal, no interior.

Outra desmotivação dos investimentos, é que ao redor dos projectos não existe a recuperação das florestas nativas, não existem projectos ambientais de preservação, não existem estruturas de saneamento básico, estradas boas, energia, a burocracia é grande nas administrações, a corrupção, etc.

Normalmente há também uma concorrência desleal de empresas ilegais, empresas que não pagam impostos, não emitem facturas legais e não cumprem com as leis do país. Em qualquer cidade de Angola há os chineses, os libaneses, os chamados “mamadus”, os vietnamitas, os nigerianos e

uma série de pessoas de fora e até de dentro que não cumprem com as regras legais, não cumprem com as leis, e essas mesmas empresas fazem concorrência desleal às empresas que cumprem com as regras legais e que estão devidamente legalizadas.

Não parece haver por parte das instituições do Governo interesse em eliminar esta concorrência desleal.

Como é que uma empresa que cumpre com as regras, que se esforça em respeitar as leis, que paga salários dignos e em dia, que paga impostos, emite facturas legais, etc., pode sobreviver se ao lado existe a concorrência de empresas que não cumprem com as regras, vendem os produtos mais baratas pois não pagam impostos, e a população que não tem poder de compra é obrigada a comprar os produtos mais baratos mesmo sem qualidade? As autoridades são chamadas para resolverem tudo isto, mas poucos resultados se vêem realmente e a desordem continua.

Temos também a distribuição dos produtos pelo país com transportes muito caros, estradas esburacadas, camiões quebrados, etc, e os produtos das Províncias chegam a Luanda, um mercado maior, muito mais caros.

Outra situação grave é o roubo. Um agricultor produz e durante a noite seus produtos são roubados.

Quem produz é desmotivado e deixa de produzir pois os chamados “donos do alheio” não têm contempações com quem trabalha e produz e quando são feitas as queixas aos responsáveis, muitas vezes as decisões não são as melhores nem são motivadoras para um investimento maior. Esta situação é muito comum e as autoridades deveriam ser mais

rigorosas na solução definitiva destes problemas. Na China estas situações não são comuns pois há um rigor muito grande na solução das mesmas e aplicação da lei.

O Governo fala que se devem comprar os produtos nacionais, mas as grandes superfícies não motivam os pequenos e médios produtores pois além de não quererem pagar os preços justos, querem pagar sempre os preços mais baixos, e pagam muitas vezes a médio prazo, até seis meses, e os produtores agrícolas não podem suportar financeiramente estes métodos comerciais e vão à falência e desistem de produzir.

O nosso projecto importava há alguns, poucos anos, a maior parte de suas matérias-primas da Europa. Muitas dessas matérias-primas já são produzidas em Angola, mas a preços são mais elevados do que os importados. Mesmo assim, nosso projecto decidiu comprar as matérias-primas nacionais pois considera que assim promove a indústria nacional. Mas esta decisão financeiramente não é a mais correcta e trás prejuízos. Mas um empresário normal terá de optar pelos produtos mais baratos pois é esse o jogo de mercado e terá de importar e mais uma vez temos o problema da concorrência desleal.

É necessário por parte do Governo uma política que gere um equilíbrio maior nos preços nacionais em relação aos internacionais, senão a produção nacional não será competitiva no mercado interno e menos ainda no mercado externo.

Há também as dificuldades burocráticas que são difíceis de entender neste século XXI. Podemos citar as dificuldades



burocráticas que a “AGT” por vezes apresenta aos empresários locais legais. Podem-se aqui citar duas situações, dois exemplos, que desmotivam a indústria nacional.

A AGT do Namibe, ao fim de seis anos, este assunto passou-se em 2016, veio dizer que uma de nossas importações em 2016, foi mal classificada pelo nosso despachante na altura e que teríamos de pagar uma multa de dois milhões de Kwanzas. Reclamamos à AGT Namibe e esta, após algum tempo, enviou um documento aonde classificava nossa empresa de criminosa pois não cumprimos com a lei e não pagamos logo a multa de dois milhões e aplicou mais uma nova multa de dois milhões, num total de quatro milhões e obrigou nossa empresa a pagar imediatamente senão iríamos para Tribunal e seríamos impedidos de importar.

Ora, quem fez a classificação da matéria-prima importada foi um despachante autorizado e licenciado pela AGT Namibe, não foi nossa empresa quem autorizou e licenciou este despachante.

Depois, mais grave, quem recebeu os documentos para despacho na altura, foi a AGT Namibe e ela deveria assumir a responsabilidade pois foi ela quem recebeu os documentos mal classificados. Não deveria dizer que, porque a lei permite, tem o prazo de alguns anos para reavaliar os documentos. Esta situação prejudica imenso as empresas nacionais.

Uma empresa legal que na sua boa-fé pagou os despachos, vendeu os produtos e pagou os impostos, não pode ficar

pendente que alguns anos depois venha uma Instituição como a AGT ameaçar, chamando a empresa de criminosa, e aplicando multas abusivas à empresa.

Se esta empresa já estivesse na falência, a AGT Namibe não teria como cobrar esta multa abusiva e estas atitudes burocráticas não motivam a indústria nacional e menos ainda os investidores estrangeiros que, de uma forma ou de outra, tomam conhecimentos destas situações abusivas através de suas embaixadas.

Outro exemplo que tivemos, foi a AGT Huila, após cinco anos, andou a rever os relatórios anuais de nossa empresa.

As empresas ilegais não apresentam à AGT relatórios anuais e, portanto, não são incomodadas por esta.

Ao fim de alguns meses de análise, a AGT Huila veio informar que nossa empresa teria de pagar uma multa de cento e vinte e cinco (125) milhões de Kwanzas. Após reavaliarmos esta situação junto da AGT, afinal eram apenas vinte e cinco milhões de Kwanzas de multa a pagar.

Reavaliamos mais uma vez junto com a AGT Huila e depois de algum tempo a AGT Huila veio dizer que afinal não tínhamos de pagar nada pois estava tudo legal.

Como pode uma empresa investidora passar por estas burocracias desrespeitosas e se sentir motivada a continuar com seus projectos? Parece ser mais equilibrado e inteligente desistir dos investimentos, fechar a empresa, e ir para outro país menos burocrático e mais ordeiro pois constata-se que “não fazer nada ou trabalhar informalmente” ganha-se mais ou seja, não investir é mais motivador.

Estes são apenas dois exemplos de uma burocracia muito difícil que temos e há muitos outros exemplos de diversas Instituições do Estado, por falta de uma coordenação geral entre as Instituições governamentais e não parece haver uma solução à vista a curto prazo.

Vamos ao mercado fazer compras e muitas vezes os cidadãos têm de comprar em empresas que não emitem facturas legais. E isso continua no dia a dia actual e desse modo as empresas legais têm dificuldade em justificar seus gastos. Vamos ao chinês, vamos ao “mamadu”, vamos ao nigeriano e não conseguimos facturas legais. Mas a AGT é responsável por estas empresas estarem a trabalhar ilegalmente. A AGT anda a verificar as empresas legais bem identificadas à procura de falhas pois essas empresas legais, se pagam seus impostos em dia é porque podem pagar mais ainda e há que “apertá-las”, ameaçá-las com multas, esquecendo-se que muitas empresas angolanas legais foram e vão para a falência e desistem de seus projectos.

Mas as empresas ilegais continuam numa concorrência desleal e a mandar seus rendimentos, suas divisas, compradas no mercado paralelo, para seus países de origem e Angola anda depois a pedir aos americanos para facilitarem essas divisas que depois vão parar muitas vezes nas mãos dos ilegais e o cidadão nacional legal, é obrigado a suportar tudo isto.

Há empresas que, muitas vezes, beneficiam-se do não pagamento de impostos formais e não são vistoriadas e que depois beneficiam-se das leis de indulto, liberando definitivamente essas empresas dos impostos e de supostas

multas. Isso apenas beneficia os incumpridores, não beneficia o país. A informalidade em Angola compensa muito e há muita gente e muitas empresas ilegais e à vista de todos, em todas as cidades e vilas de Angola.

É importante uma atitude mais pedagógica por parte da AGT para motivar o investimento nacional e estrangeiro. Porquê a AGT não manda uma carta de elogio ou faz visitas às empresas que cumprem com as legalidades e cumprem com suas responsabilidades? Não vemos essas visitas nem estas motivações por parte da AGT e de outros Organismos oficiais.

É importante uma motivação maior por parte da AGT e de outras Instituições oficiais.

Tudo isto que se passa acaba sendo do conhecimento das embaixadas e do público em geral e certamente não atrai nem permite novos investimentos.

Outro descambo são os Tribunais. Há os exemplos de investidores que vão aos tribunais queixarem-se que seus terrenos foram queimados, destruídos, por populares. Há muitas pessoas em Angola que não gostam de árvores, não gostam de passarinhos, pensam que todas as árvores, sejam elas quais forem, públicas ou privadas, são para fazer carvão, são para ser queimadas ou destruídas porque criam mosquitos, todos os terrenos são para os pastos alheios, e os Tribunais demoram muito tempo para analisarem estes assuntos e muitas vezes chamam os populares de “coitadinhos” mas eles destroem investimentos que custaram muito a serem construídos.

Os tribunais precisam de ser mais ágeis e mais rigorosos e terem uma visão mais dinâmica e realista de como se desenvolve economicamente um país, senão vamos continuar a patinar, sem ir para lugar algum. Se alguém destrói a propriedade do outro cidadão que está legal, tem de ser responsabilizado com rigor.

Outra situação grave em Angola é que não existe uma “jurisprudência” nos Tribunais, após quarenta e cinco anos de independência e, assim, cada caso é julgado conforme as disposições dos juízes, com seu modo particular de interpretar a lei, conforme sua visão das situações, etc.

Enquanto os Tribunais em Angola não seguirem uma jurisprudência, haverá sempre imensas dificuldades em repor a ordem e aplicar uma lei justa para todos. Esta situação é impeditiva dos novos investimentos pois ninguém vai investir num país aonde a ordem jurídica não é executada rápida e de forma sábia pois os empresários não podem esperar tempos infinitos na resolução de seus problemas.

Outro exemplo, há pessoas que vêm de fora de Angola com contractos cujo foro é em outro país, contractam advogados “mais sabidos” e entram com processos contra cidadãos nacionais. Como não há uma jurisprudência, cada juiz decide à sua maneira, e o Tribunal aceita e julgar um caso cujo Foro é em outro país. A jurisprudência determina que os casos sejam julgados no seu Foro de competência acordado pelas partes e não em qualquer lugar conforme o interesse de alguns. Isto não está correcto nem dignifica o país.

Nos Estados Unidos, por exemplo, e em outros países, os juízes decidem os casos conforme uma jurisprudência nacional e não precisam mais de consultar os escritos da lei e desse modo os casos jurídicos são tratados todos da mesma forma e têm decisões semelhantes e não de acordo com a disposição do juiz naquele dia ou conforme sua interpretação particular da lei ou conforme seu interesse pessoal e dos advogados. As decisões jurídicas são muito mais prudentes, justas, sábias e democráticas quando há uma jurisprudência nacional. Em Angola os casos são julgados conforme a interpretação da lei por cada juiz e isso pode gerar muitas injustiças.

Outra situação difícil, são as directorias institucionais. Os directores das empresas públicas por terem formações muito diferentes, muitas vezes tratam dos assuntos de formas muito diferenciadas e assuntos semelhantes acabam por ter decisões diferentes. Há dificuldades burocráticas desnecessárias criadas por estas diretorias para obterem facilidades depois. Decisões que deveriam ser rápidas, demoram meses para serem assinadas e, por exemplo, um licenciamento ambiental demora por vezes imenso tempo e a mercadoria já está no porto ou a caminho e os empresários têm de aguardar por esse licenciamento com os consequentes prejuízos financeiros e morais.

Se os produtos não existem em Angola, os empresários são obrigados a comprar no exterior, mas se os licenciamentos demoram imenso tempo a serem autorizados, isso tráz imensos prejuízos e pode até levar as empresas à falência.

Como um empresário, pequeno e médio, nacional e estrangeiro, é motivado a investir em Angola se as dificuldades burocráticas são imensas?

Suponhamos que um empresário estrangeiro vem investir em Angola e ao fim de algum tempo morre e precisa de voltar para a sua terra natal. Como faz? Angola não tem caixões de chumbo para poder voltar à sua terra natal. Além disso o transporte por avião é muito complicado e precisa de ser autorizado. Esta forma de transportar corpos mortos é muito cara. Como se pode fazer? Em Angola, neste século XXI, não temos crematórios e nem sequer ainda existe uma lei que permita o funcionamento de crematórios neste ano de 2021.

Dizem que em Angola não há crematórios porque os cidadãos angolanos não têm esses hábitos. Ninguém é obrigado a ser cremado, é uma escolha individual, mas enquanto Angola não tiver crematórios para que os estrangeiros que tenham falecido possam voltar à sua terra natal de maneira rápida, segura e barata, esta situação também é impeditiva de investimentos estrangeiros.

Por outro lado, há cidadãos nacionais que também exigem que nos cemitérios de hoje em dia haja crematórios e querem ser cremados, não querem ser enterrados nos actuais cemitérios angolanos que na maior parte dos casos são lugares profanados, são lugares maltratados, não são lugares realmente sagrados e respeitados e muitos cidadãos angolanos preferem ser cremados pois assim têm opção de escolher para onde suas cinzas vão.

Além disso, quando um corpo é enterrado, ao se decompor vai poluir as águas subterrâneas, os lençóis freáticos e hoje em dia a problemática ambiental é muito grave e precisa de soluções reais, urgentes e profundas.

Um corpo ao ser cremado é consumido pelo fogo e volta à sua origem e o fogo é a forma mais sagrada de se tratarem os corpos e por isso muitas sociedades, desde há milhares de anos, tratam os corpos de seus cidadãos dessa forma espiritual e sagrada. É preciso compreender esta visão profunda, espiritual e ambientalmente correcta.

Uma outra grande dificuldade grande é a existência de um mercado interno fraco e como Angola não exporta normalmente, qualquer investimento tem de se focar neste mercado interno. Qual é a motivação de investir no mercado interno se esse mercado não tem poder de compra, ou seja, se houver produção como será depois vendida?

Basta tomar como exemplo um produtor de tomates. Consegue ir ao Banco buscar um pequeno financiamento, mas se depois não pagar, fica com o seu nome sujo na praça financeira e não pode mais abrir contas em bancos. O agricultor produz e pode vender na sua região, mas se os cidadãos não têm poder de compra, não conseguem comprar apesar de quererem mais produtos para alimentar sua família. Antigamente os produtores rurais não precisavam de ir vender seus produtos na cidade pois havia comerciantes especializados na compra dos produtos do campo e que distribuía esses produtos nas cidades e nas grandes superfícies.



Agora o produtor rural precisa de levar seus produtos para distribuir na cidade, não tem transportes apropriados, não tem estradas em boas condições, não tem canais de distribuição capazes de negociarem a seu favor. Quando chega à cidade para entregar seus produtos nas grandes superfícies, estas impõem preços muitas vezes baixos e como são produtos perecíveis é obrigado a aceitar esses preços baixos.

As grandes superfícies só pagam com alguns meses de espera e o produtor é obrigado a voltar para a sua residência sem dinheiro no bolso, sem poder pagar salários, sem poder pagar ao banco, etc. Como fazer? É melhor não investir e não produzir. É necessário que haja mais atenção quando se diz para investir e todos os dias ouve-se o Governo a dizer que a economia vai produzir e diversificar mais, mas diante da realidade angolana, estas falas são por vezes utópicas e necessitam de uma visão mais realista.

Qual é a motivação para o pequeno e médio empresário produzir mais? É uma experiência que sentimos todos os dias na pele e podemos falar de exemplos reais actuais ou seja, é melhor não produzir ou produzir apenas o essencial para não correr riscos financeiros, morais e económicos e não perdemos os nossos investimentos, não ter gastos de manutenção com máquinas, não consumir matérias-primas, etc., e vender apenas para manter os projectos em estado de letargia, em estado de sobrevivência, esta é a realidade do país.

Se assim acontece com os empresários nacionais, todos os dias, como ficam os empresários estrangeiros? Eles vão informar-se nas suas embaixadas e diante destas realidades,





# **CAPITULO III**

## **AUTORIDADE**

### **DA**

## **CONCORRÊNCIA**

Continuando as observações à cerca dos estrangulamentos, a economia angolana depara-se com a falta de uma autoridade da concorrência, Instituição esta a quem as empresas, em países normais, recorrem para se defenderem das concorrências ilegais, ilegítimas e gananciosas que sempre há na maior parte dos países e em Angola em particular.

Nas Províncias em Angola, quando uma empresa precisa de recorrer a essa autoridade, ela não existe e diariamente as empresas que lutam por um desenvolvimento legal, legítimo e sustentado, cumprindo com as leis e as regras de concorrência, enfrentam uma série de empresas ilegais, chinesas, libanesas, nigerianas, “mamadus”, vietnamitas, e muitas outras e até usando Álvaro de cidadãos nacionais. Supostas empresas que produzem sem qualidade, não pagam impostos, pagam salários indignos, etc., não têm horários de funcionamento, utilizam-se de métodos de produção sem cumprirem com as regras de higiene, usam matérias-primas sem qualidade e até falsas e fora do prazo, vendem produtos alimentares fora dos prazos de validade, etc.

Estas empresas ilegais praticam preços comparativamente mais baixos dos que os praticados por empresas legais que emitem facturas contabilisticamente aceites pela AGT e como a maioria da população tem um poder de compra muito baixo, são “obrigados” a comprar não pela qualidade, mas pelo preço e muitas vezes indo parar nos hospitais e nas morgues.

A quem as empresas podem recorrer? Há muitos exemplos disso em todas as Províncias e, certamente, em Luanda.

Apesar desta ser o centro de decisões políticas e económicas, o mesmo se passa, pois muitas vezes assiste-se, nas televisões e em outros órgãos informativos, reportagens denunciando todas estas situações ilegais e parece que estas empresas ilegais não acabam nunca e continuam livremente a operar em Angola, diante dos olhos de todos os cidadãos e das autoridades. Porquê não são julgados rigorosamente e depois expulsos?

Se estas situações acontecessem, por exemplo, na China ou em seus países de origem, sabemos, estes cidadãos seriam enquadrados e talvez passassem o resto de suas vidas nas prisões e em certos casos, talvez fossem condenados à morte.

Em seus países não cometem ilegalidades, mas vêm para Angola cometer estes crimes sem nenhum medo nem constrangimentos, sem receio das autoridades, e os angolanos aceitam este jogo macabro. Não está certo e Angola deveria ser muito mais rigorosa no tratamento destas questões pois está a destruir o tecido empresarial nacional e a moral de sua nação.

Se nas Províncias as empresas precisarem de recorrer a uma “autoridade da concorrência”, a quem elas se devem dirigir e serem atendidas com muita responsabilidade? Recorrer à PGR não parece que seja esta Instituição o organismo certo, preparado para tal incumbência e a burocracia desestimula a estas recorrências. Os empresários e os cidadãos estão perante mais uma grande dificuldade que também está a destruir o país e não parece haver uma luz no fim deste túnel.

A quem recorrer então? Recorrer aos Tribunais não parece ser uma boa ideia porque demoram, são muito burocráticos e não têm especialização para tratar destes assuntos de concorrência leal ou desleal.

À polícia também não é certamente. Recorrer ao Governo Provincial não parece ser a melhor ideia pois é necessária especialização para tal empreitada.

Está-se perante mais um imbróglio de difícil solução pois quem devia resolver esta situação, com urgência, devia ser o Executivo, mas este vive num mundo muitas vezes longe da realidade regional.

Uma empresa que produz água engarrafada dentro dos padrões internacionais de higiene, cumpre com suas obrigações, paga impostos, cumpre com as regras ambientais e sociais, luta por um desenvolvimento sustentado na sua região e enfrenta diariamente a concorrência de empresas que não cumprem com as regras de higiene, produzem em fundos de quintal, o que é proibido pelas leis internacionais e nacionais, não pagam impostos, trabalham em horários impróprios para se esconderem dos órgãos de fiscalização, usam matérias-primas sem qualidade e praticam preços muito baixos ou produzem usando rótulos, marcas, de outras regiões como se fossem o mesmo produto original, o que fazer? Fechar? Ou queixar-se a quem de direito? Mas se esse organismo de direito não existe ou não quer funcionar devidamente, como fazer? Se o próprio Executivo, por desconhecimento muitas vezes, faz marketing a favor de empresas que não cumprem com as legalidades?

Estas situações estão a acontecer muito em Angola e os Ministérios não parecem perceber tudo isto nem o que se passa, ou não têm interesse em perceber. Estamos diante de uma situação muito grave que é a ausência da “autoridade da concorrência” e que parece não vai ser resolvida rapidamente e continuamos a ver muitas empresas nacionais ou não, legais, a irem para a falência por causa de tudo disto. E parece não haver fim à vista.

Como um investidor estrangeiro pode vir para Angola, um alemão, um inglês, um francês, um português, é obrigado a cumprir com todas as regras, mas depois enfrenta este tipo de concorrência ilegal e ilegítima? Certamente este investidor, através de suas embaixadas, saberá de tudo isto antes e certamente não virá, a não ser aqueles investidores que venham no intuito de também se beneficiarem com estas ilegalidades, trabalharem de forma ilegal, empresas informais, que vêm para vender drogas ou outros produtos ilegítimos e ilegais, sem pagar impostos, etc.

Estes tipos de investidores já existem em Angola e não são poucos, mas certamente não trazem desenvolvimento nem terão contemplação com os angolanos que trabalham normalmente pois seu único objectivo é ganhar dinheiro a qualquer custo para o enviarem depois, ilegalmente, para as suas terras de origem e até sustentarem o terrorismo e as máfias internacionais.

Angola, deste jeito, vai-se transformando numa nação sem regras e sem lei e estas máfias, lentamente, tomam conta do país e serão elas a dominarem a política e a economia e os angolanos terão de se calar, aceitar e adormecer numa cama mofada.



Enquanto não se resolverem estes estrangulamentos, certamente Angola continuará a andar para trás, o que é de lamentar pois é um país com extremo potencial para se desenvolver e dar a seus cidadãos uma vida com mais dignidade.

# **CAPITULO IV**

## **IMPOSTOS**

**&**

**“IVA”**

Um quarto estrangulamento são os impostos “IVA” sobre alguns bens essenciais tais como as águas de mesa engarrafadas, principal alimento líquido de todos os seres vivos e sem o qual todas as pessoas morrem ou se consumirem águas impróprias as pessoas vão ter doenças tais como as cóleras e outras e até podem ir parar nos hospitais e nas morgues.

Os novos impostos “IVA” que o Governo passou a taxar sobre todos os produtos produzidos ou não no país, certamente é um imposto necessário pois é através dele que o Governo executa os seus orçamentos. Não se discute aqui a justeza ou não de cada um desses impostos aplicados sobre os diferentes produtos, mas queremos analisar aqui a aplicação do “IVA” sobre o mais importante alimento líquido dos seres vivos, água de mesa natural, e sobre bens essenciais.

É natural que hajam impostos sobre bebidas alcoólicas, sobre whisky, sobre gasosas, sobre cigarros, etc., pois não são bens essenciais e alguns deles são drogas pesadas até.

Em Janeiro de 2021, a empresa ÁGUA PRECIOSA localizada no Lubango passou a pagar “IVA” sobre as suas águas engarrafadas naturais e, naturalmente, como é um imposto directo dos clientes, aumentou o preço de seus produtos no mesmo percentual de quatorze (14) por cento.

Nos últimos dois anos, esta empresa teve de dispensar metade de sua equipe técnica formada na fábrica, todos angolanos, pois passou a vender menos devido ao fraco poder de compra dos cidadãos em geral e reduziu sua produção apenas para alguns dias por semana e um turno

por dia, ou seja, baixou suas vendas em mais de metade do normal até àquela data, há dois anos, e passou a laborar sessenta por cento de sua capacidade.

Em Janeiro de 2021, a empresa estava a laborar a sessenta por cento de sua capacidade. Em Janeiro de 2021, teve de aumentar, quatorze por cento, os preços de venda dos produtos com a aplicação do “IVA”. Em Maio de 2021, cinco meses após o início da cobrança do “IVA”, a empresa baixou suas vendas para vinte e cinco por cento de sua capacidade. Mesmo assim, com toda esta crise, a empresa pagou de “IVA” à AGT, de Janeiro até Maio de 2021, cinco meses, trinta e dois milhões (32.000.000,00) Kwanzas.

Como resultado de tudo isto e porque a situação económica da empresa estava muito difícil, a empresa resolveu em Junho de 2021 começar a pagar o “IVA” de seu próprio bolso ou seja, passou a suportar o “IVA” e como resultado, de uma margem de ganho de cerca de trinta (30) por cento, a empresa passou a ter uma margem de ganho de apenas dezasseis (16) por cento mas, no entanto, os custos com alimentação dos funcionários continuou a aumentar pois os preços dos alimentos não param de inflacionar todos os dias, os custos com energia, transportes, salários, etc, também continuaram a crescer apesar da folha salarial ter diminuído para metade.

A empresa está diante de um dilema: como resolver tudo isto? Os cidadãos deixaram de comprar água engarrafada pois não têm poder de compra, se compravam três garrafas, agora compram apenas uma ou nenhuma e vão beber águas impróprias das canalizações ou das cacimbas ou dos rios e acabam indo parar nos hospitais e nas morgues.

O Governo arrecada quatorze por cento de “IVA” nos produtores e depois vai gastar muito mais do que quatorze por cento nos hospitais e nas morgues.

Esta situação não é correcta pois água de mesa é o principal alimento líquido de todos os seres vivos e esta situação parece não ter solução por parte das entidades regulatórias.

Mesmo a empresa suportando o “IVA”, as vendas aumentaram muito pouco e não vai ser fácil resolver tudo isto pois os cidadãos vão continuar a ter um poder de compra muito baixo ou nenhum e, por isso, cada vez se assiste a mais crianças e adultos nas ruas pedintes de esmolas e a cada vez há mais roubos e assaltos nas cidades e agora nos campos.

É preciso que haja urgência na resolução destas dificuldades económicas e só o Governo tem autoridade para implementar medidas correctas económicas. Vamos aguardar. É importante que os impostos sejam correctos, justos e sábios, senão vão gerar um efeito contrário ao objectivo.

# **CAPITULO V**

## **ENERGIAS**

### **ALTERNATIVAS**

Falando de energias em Angola, quarenta e cinco anos após a independência, sabe-se que Angola produz energia de barragens que são energias limpas e também produz energias termoelétricas a partir de geradores a gásóleo, que não são energias limpas. Esta energia termoelétrica é muito cara, consome muito gásóleo que é uma energia poluente e nem todos os cidadãos têm acesso a ela e no interior, no campo, muitas pessoas não têm acesso a nenhum tipo de energia. Isto dificulta muito o desenvolvimento sustentado ambiental, social e económico do país.

As empresas não podem funcionar à base de geradores, energias termoelétricas, pois isso encarece muito os produtos e as empresas não são competitivas. Na Huila, no Lubango, uma zona urbanizada, no centro da SADC, muitas vezes a cidade não tem energia, isto em pleno século XXI. Como ser competitivo nestas condições económicas?

Outros países como os Estados Unidos e China já utilizam muito de energias alternativas, incluindo as solares e eólicas. Mas hoje em dia a China ultrapassou os Estados Unidos pois tem investido muito nestas energias alternativas. A Alemanha e os países do norte e do sul da Europa já estão a fazer um grande esforço no desenvolvimento destas energias.

Angola até hoje não desenvolveu nenhuma energia alternativa. A Sonangol já deveria ter-se preocupado desde mil novecentos e setenta e cinco com o desenvolvimento destas energias alternativas pois tinha poder económico, político e institucional para isso. Mas até hoje Angola não tem fábricas de painéis solares e não tem fábricas de

baterias. Estão a dar-se agora alguns pequenos passos nessa direcção, passos muito tímidos.

Se uma empresa quer um projecto de energia solar, tem de comprar no estrangeiro a um preço muito elevado. Em Angola não há empresas a fabricarem painéis solares e baterias que não são tecnologias tão complexas.

Por vezes ouve-se falar que Angola deve utilizar energia eólica. Angola não é um país com ventos, nas montanhas da Chela e no Huambo, por exemplo, não há muitos ventos e o mar de Angola e sua costa são muito pacíficos e só de vez em quando há ventos muito fortes. Além disso as energias eólicas são mais caras comparativamente à solar e as torres com ventoinhas são muito caras na sua manutenção. Angola tem sol doze horas por dia, mais ou menos. É bom esclarecer isso, para não haver perdas de tempos e de investimentos ou haver investimentos incorrectos com grandes corrupções.

Investir no que se tem de investir e energias alternativas solares e dos rios é a melhor solução. Angola tem luz desde as cinco horas da manhã até às dezanove horas durante todo o ano. A energia solar é a melhor alternativa pois assim todos poderiam ter acesso a esta energia de forma fácil e mais barata. Enquanto cada casa no interior, no campo, não tiver acesso à energia alternativa, não tem acesso à informação para culturalmente se desenvolver mais, não tem acesso a uma geleira, a um fogão eléctrico, vai ter de cortar árvores para fazer carvão e vai continuar com imensas dificuldades de comunicação entre o campo e as zonas urbanas e a tendência vai ser fugir para as



idades amontoando-se nelas e diminuindo muito a sua qualidade de vida e até se envolvendo com o banditismo.

# **CAPÍTULO VI**

## **PRODUÇÃO CULTURAL**

**&**

## **MECENATO**

Um dos graves estrangulamentos da economia angolana, tem sido as dificuldades no apoio ao desenvolvimento cultural. Um povo que não sabe de onde veio, quem é e para onde vai, perde seu rumo. Em Angola com as dificuldades de energia, da comunicação, dos transportes, da economia, etc. está-se num processo de produção cultural muito baixo e estagnado. A sociedade está num estágio de letargia, ela não consegue produzir culturalmente de forma normal pois esbarra nas dificuldades de falta de apoio económico.

Estas dificuldades culturais impedem também o próprio desenvolvimento económico pois os empresários que vêm de fora para investir, quando aqui chegam, deparam-se com estas realidades. Os familiares desses investidores estrangeiros ficam limitados culturalmente pois há pouco movimento de teatro, cinema, música, artes em geral, desportos e são obrigados a ficarem em casa, vão para as bebidas e para as outras drogas ou são obrigados a viajar para fora à procura de movimento cultural para preencherem seus tempos e evoluírem.

Há uns poucos cidadãos angolanos e alguns grupos da terra que estão a fazer algum esforço no desenvolvimento cultural do país, mas apenas com o apoio particular de seus familiares e pouco mais, mas é muito pouco para um país como Angola. Cultura é fundamental no desenvolvimento económico porque a cultura representa o pensar, a inteligência, representa o desenvolvimento social, o ambiental e o económico.

Este marasmo cultural é um grande estrangulamento para a economia. Depois os cidadãos do campo, do interior, não têm acesso à comunicação, à televisão, não têm energia, não

têm transportes, ficam completamente limitadas nos aspectos culturais e conseqüentemente nos ambientais, nos sociais e económicos.

É importante que a economia de Angola acelere mais para poder colmatar estas falhas culturais.

O Governo criou a “lei do mecenato”, mas parece que esta lei não facilita nem motiva a aplicação dela por parte dos empresários e deste modo impedem-se ou desmotivam-se as empresas a utilizarem esta lei para apoiar mais a cultura nacional.

Não são as empresas que têm de exigir a aplicação desta lei. Têm de ser as Associações culturais, do desporto, artes, cinema e seus presidentes que têm de se unir fortemente e exigir do Governo uma aplicação justa e fácil desta lei e, só depois, as empresas poderão estar disponíveis para este mecenato, mas note-se que este patrocínio tem de sair dos impostos das empresas e, certamente, não deve haver muita vontade por parte do organismo competente que gerem os impostos.

As Associações têm contacto directo com os Ministérios e só elas podem exigir a aplicação desta lei. Enquanto assim não for, continuará a não haver apoios de mecenato e as poucas empresas que ainda apoiam a cultura nacional têm de pagar os patrocínios de seu próprio bolso e estes patrocínios tornam-se assim despesas e gastos, não são considerados investimentos. As empresas podem patrocinar a cultura a partir dos impostos que têm de pagar ao Governo através da lei do mecenato.

Os autores, os músicos, os desportistas reclamam da falta de apoios, mas eles também não estão a movimentar-se através das Associações para exigirem o cumprimento e justeza da lei do mecenato.

Enquanto não houver um movimento forte por parte das Associações culturais e desportistas e dos artistas e dos desportistas em geral no sentido de exigirem que esta lei seja aplicada de forma correcta e desburocratizada e fácil, certamente pouco apoio cultural poderá haver por parte das poucas empresas disponíveis.

Talvez com a aplicação correcta, motivadora e desburocratizada desta lei de mecenato, seja possível avançar um pouco mais no apoio à cultura e desporto e consequentemente num desenvolvimento maior da economia, ambiente e do social. Talvez assim haja uma maior elevação do espírito angolano.

Só com a aplicação justa desta lei se pode solicitar mais apoios financeiros às empresas privadas nacionais disponíveis e não são muitas.

# **CAPÍTULO VII**

## **ANGOLA**

### **EMPRESAS MODERNAS**

Um outro estrangulamento que Angola tem, está nas suas empresas. Muitas empresas em Angola não têm seus focos no ambiente nem no social e mesmo no económico pois não são muitas as empresas comerciais e indústrias que se focam numa produção e administração de excelência e os Ministérios não têm um controle muito rigoroso e muitas das associadas empresariais também não têm essa preocupação com a excelência de seus associados e menos ainda sobre o ambiente e sobre o social.

Houve um exemplo de uma empresa de excelência que solicitou à sua associação empresarial que motivasse mais as empresas associadas para se preocuparem com a excelência e a resposta dessa associação foi a de que essa empresa era elitista!

Se nos países a maioria das empresas comerciais e industriais não forem modernas, não tiverem seus focos nos aspectos ambientais, sociais e excelência na produção e administração, certamente os países terão muita dificuldade em se desenvolverem.

Nos países mais avançados é fácil perceber que a maioria das empresas são modernas e as Universidades e as Associações empresariais primam por ensinar e aprender estes pilares de desenvolvimento sustentado.

Em Angola não há muita preocupação se as florestas estão a ser cortadas, se o ambiente é equilibrado, se as águas estão a ser poluídas e se as empresas são ou não de excelência.

Há empresas nacionais muito preocupadas com o ambiente, com o social e com o económico, mas estas empresas não são muitas nem os Ministérios têm um controle rígido sobre

estes pilares necessários da economia moderna e exigirem que todas as empresas angolanas primam pela qualidade.

Um empresário estrangeiro e moderno, que têm estes tipos de preocupações, quando chega a Angola logo percebe que estes pilares da economia não são muito considerados e é cada um por si.

Certamente que esta situação não motiva a investir os seus capitais próprios, as suas poupanças pois nunca há garantia do sucesso dos capitais investidos. Isto é grave e a tendência é só virem para Angola empresários que não se preocupam com desenvolvimento sustentado e que apenas querem obter lucros rápidos e fáceis para envio de divisas para as suas terras de origem e estes tipos de empresários não são os melhores exemplos de cidadãos, não trazem desenvolvimento sustentado.

É necessário que as Universidades angolanas, as Associações empresariais e culturais, se preocupem com estes três pilares da economia moderna, senão Angola certamente continuará a ser um país menos desenvolvido comparativamente e corre riscos futuros de não se tornar numa nação desenvolvida. Há exemplos de países, no mundo, que não conseguem desenvolver-se, mas é necessário que cada um saiba exigir de si próprio mais qualidade.





# **CAPÍTULO VIII**

## **ANGOLA**

### **MERCADO EXPORTADOR**

**&**

### **MERCADO IMPORTADOR**

Antes de 2021, Angola passou a ter graves problemas económicos com o seu mercado interno pois os cidadãos tiveram o seu poder de compra bastante diminuído. Em 1988, mais ou menos, o poder de compra dos cidadãos era maior do que hoje pois a moeda Kwanza estava mais valorizada, mesmo sendo um câmbio controlado pelo Governo.

Quando os empresários pequenos e médios, nacionais e estrangeiros, com o advento da paz, decidiram investir em Angola, antes de 1990, houve um “boom” da economia, com uma certa aceleração, com pouca intervenção do Governo, pois os empresários produziram e os cidadãos compravam porque tinham um certo poder de compra e talvez em África, Angola fosse naquela altura um dos melhores mercados económicos pois os produtos eram facilmente vendidos e a bons preços.

Com o caminhar da economia e o passar dos anos, com novas políticas económicas e a liberação do câmbio de forma totalmente livre, a moeda kwanza desvalorizou muito e hoje há a certeza de que o mercado angolano já não é um bom mercado para se investir pois, os cidadãos diminuíram muito seu poder de compra e muitas empresas faliram.

Os empresários nacionais e estrangeiros que investiram em Angola, agora encontram muitas dificuldades para vender seus produtos pois as populações deixaram de comprar, normalmente, seus produtos alimentares e outros. O mercado interno angolano deixou de ser atractivo.

O mercado da SADC é dominado pela África do Sul desde há muitos anos e este país produz bastante e é exportador,

naturalmente. Produz quase tudo o que precisa e produz para exportar e, inclusive, domina a tecnologia nuclear e domina a tecnologia industrial em geral, incluindo a indústria do aço e por isso a África do Sul tem um domínio quase absoluto no mercado da SADC.

Angola não é um país exportador naturalmente pois não produz o suficiente, subsiste essencialmente de seu mercado interno, e irá encontrar dificuldades para exportar para a África do Sul, para a Namíbia, Botswana, etc., pois quando chegar a estes mercados com os seus produtos angolanos, os sul-africanos e os outros povos que desde a escola aprenderam a valorizar seus próprios produtos e a comprar apenas esses mesmos produtos sul-africanos, mesmo que alguns desses seus produtos não tenham uma excelência, eles apenas vão consumir as suas marcas e não vão comprar marcas estrangeiras.

Uma empresa de fora que queira vender na África do Sul, terá de investir muito em marketing para tornar sua marca e seu produto conhecidos, terá que ter preços muito competitivos e, só talvez assim, poderá ter alguma possibilidade de entrar nestes países, África do Sul, Namíbia, Botswana, etc.

A empresa “ÁGUA PRECIOSA” foi directamente a Cape Town negociar com a empresa “SHOPRITE” para esta representar seu produto “ÁGUA PRECIOSA”, “made in Angola”, na África do Sul, produto este de excelência. Esta empresa “Shoprite” fingiu que estava interessada num acordo, mas continuou a trazer águas sul-africanas de inferior qualidade para Angola, vinha com seus camiões cheios e voltavam vazios mas não vendeu “Água Preciosa”

nem em Angola nem na África do Sul. O mesmo se passa em relação a outros produtos 2FEITOS EM Angola”. Reclamou-se junto da “AIPIEX” em Luanda, mas nada foi alterado, até hoje. O mercado da SADC não é um mercado fácil de entrar, por melhores produtos que Angola tenha, a não ser talvez entrar nos Congos que são países muito diferenciados da África do Sul.

Por exemplo, a água engarrafada “Preciosa” é produzida na cidade do Lubango, Huila, é uma água profunda, tecnicamente denominada “levíssima”, brota de uma nascente natural a dois mil metros de altitude; é considerada uma água rara, própria para crianças, doentes, lactantes, idosos e cidadãos em geral, por ter baixa mineralização e não propiciar pedras nos rins.

As águas sul-africanas, no geral, são águas pesadas, de superfície, águas com sabores químicos, sabores estranhos não saborosos e por essa razão sempre que alguém vai a um restaurante ou hotel na África do Sul ou Namíbia e se senta à mesa, o primeiro serviço do empregado de mesa é servir um copo com uma fatia de limão dentro para que o cliente, se pedir água, não perceba o sabor da água. A “Água Preciosa” apesar de ser uma água superior, uma água de excelência e, mesmo com preços semelhantes, os sul-africanos, sempre dão preferência às suas águas nacionais. Talvez com um marketing muito grande, um grande investimento financeiro em propaganda, a “Água Preciosa” conseguiria penetrar amplamente nestes mercados da SADC.

Pode-se falar, por exemplo, do queijo “Camambert”, uma marca francesa, que é produzido na África do Sul, não tem

a mesma qualidade que o queijo francês e pessoas habituadas a comer o queijo francês, não conseguem comer este queijo de marca sul-africana pois tem qualidade muito diferente. No entanto, este queijo é consumido normalmente na África do Sul e é exportado para Angola e SADC em geral; há quem compre, mas não é com certeza um produto de excelência e é de qualidade duvidosa.

O mercado da SADC para produtos de excelência angolanos não é um mercado atractivo pois é preciso investir muito em marketing e mesmo assim, a maior parte dos sul-africanos não vão querer pagar um preço diferenciado pela qualidade. Vão preferir produtos seus e produtos mais baratos, mesmo não tendo a mesma qualidade. Muitos talvez digam que é importante preços competitivos, mas quando uma empresa se preocupa com a excelência de seus produtos e de seus serviços, certamente terá custos mais elevados e, certamente, os preços serão mais elevados também.

Por exemplo, um restaurante VIP que serve “Gambas” de elevada qualidade, serve “Fillet Mignon”, carne de elevada qualidade, serve peixe “Cherne”, certamente este restaurante não pode vender seus produtos ao mesmo preço daqueles bares e restaurantes que vendem carnes de segunda, carnes de inferior qualidade ou peixe inferior ou tenha um serviço de inferior qualidade. Há que considerar tudo isto e ter uma visão holística da economia, senão vamos nivelar todos e tudo pela mediocridade, pela baixa qualidade, e dessa forma um país será sempre de baixa qualidade, nunca será um país de excelência. Alguns dirão que é um país elitista.

Os empresários angolanos de excelência, terão sempre muitas dificuldades para vender seus produtos no mercado da SADC pois os cidadãos destes países, na sua maioria, compram seus produtos considerando um preço mais baixo ou se é nacional.

É um processo que vai levar muitos anos, Angola penetrar no mercado sul-africano, vai ser necessário produzir muito e diversificado e com excelência e apenas quando Angola se tornar num país exportador e investir muito em marketing nesta região e mesmo assim não será fácil.

Às vezes ouvimos o Governo a falar que estamos no “livre comércio” na SADC, mas mesmo tendo qualidade, o mercado da SADC vai dar preferência aos seus próprios produtos e os preços que querem pagar por produtos de mais qualidade não são os mais atractivos para o produtor.

Por outro lado, pensar em exportar para a Europa, não é certamente um mercado fácil de se penetrar pois, na Europa e em outros continentes, o mercado é muito competitivo e difícil e é muito fechado e apenas matérias-primas ou alguns produtos agrícolas poderão ter hipóteses de serem vendidos lá desde que tenham excelente qualidade e preços competitivos.

Exportar matérias-primas em bruto, é uma ideia primária pois vende-se as matérias-primas por dez Kwanzas, por exemplo, mas depois compram-se os produtos acabados dessas matérias-primas a cinquenta Kwanzas. O país não ganha certamente.

Exportar ferro em bruto enquanto não há fábricas de aço tal seja uma possibilidade como era no tempo colonial, um

outro tempo, mas o ideal é que Angola consiga atrair fábricas de aço para produzir produtos acabados de ferro e parece que a África do Sul tem fábricas de aço fechadas e poderiam ser atraídas para Angola.

Portanto, o mercado europeu não será, certamente, um mercado fácil também mas há hipóteses de exportar alguns produtos acabados angolanos desde que haja excelência.

Angola tem ouro, água, diamantes e outros minerais que talvez possa transformar em produtos acabados e exportar para todo o mundo.

Há um outro mercado em África que são os mercados árabes, mas estes mercados são em países de grande comércio mundial, são portos e aeroportos de passagem dos produtos acabados mundiais e destes mercados árabes vêm navios cheios de produtos acabados para Angola e voltam vazios.

Estes mercados não têm águas de mesa e não têm muitos outros produtos produzidos nos seus países, vêm de fora, mas estes mercados são mercados de excelência pois têm capacidade financeira para pagar e, por exemplo, há hotéis de dez estrelas nestes países, o que é raro em todo o mundo, e estes hotéis, com certeza, pagam bons preços por produtos de excelência.

Deveria haver uma atenção especial para esta realidade e quem sabe Angola poderia produzir alguns produtos acabados de excelência e exportar para estes países árabes. Os Árabes querem entrar em Angola para investir, produzir e exportar para os seus países e outros países.



Angola não tem uma produção industrial e agrícola capaz de encher um navio para abastecer o mercado árabe. Angola, as Instituições do Governo competentes, poderiam selecionar as poucas empresas angolanas privadas com potencial para produzir com excelência e promover estas empresas no sentido de terem um portfólio bastante e diversificado, de excelência, e depois com esse mesmo apoio institucional, com apoio das câmaras de comércio desses países, e Tradings interessadas capazes, talvez seja possível encher um navio e abastecer estes países árabes. Mas é preciso haver uma força institucional para alavancar esta ousada ideia e certamente há algumas empresas nacionais com esse potencial de exportação.

# **CAPÍTULO IX**

**LUANDA**

**SEUS ESTRANGULAMENTOS**

**&**

**NOVAS CAPITAIS**

Luanda, actualmente, é uma cidade estrangulada e este nó górdio de Luanda talvez seja, juntamente com o estrangulamento da falta de poder de compra dos cidadãos angolanos, os de maior complexidade, dificuldade e destaque, pois enquanto estes dois estrangulamentos existirem de uma forma tão acentuada, certamente será muito difícil a recuperação da economia e um desenvolvimento político, social e ambiental equilibrado e de excelência em Angola, nação que já merece um lugar mais ao sol neste conturbado mundo global de hoje mas é preciso que seus líderes e seus liderados se empenhem na análise e compreensão desta problemática de maneira a se encontrarem e definirem os caminhos certos e mais equilibrados para uma reconstrução nacional menos medíocre.

Luanda tem sido desde o tempo colonial, desde há centenas de anos, e desde há quarenta e cinco anos após a independência, o único centro político e económico a decidir Angola, cujo tamanho geográfico é quatorze vezes e meia maior do que Portugal e com uma diversidade cultural e ambiental e quando as decisões políticas e económicas de um país são muito centralizadas, estas nem sempre são as mais sustentáveis para o desenvolvimento das regiões.

É necessário uma visão antropológica profunda de Angola, neste século XXI, compreender o passado e o presente, para se vislumbrar um futuro mais equilibrado, mais radioso, para observar e perceber a necessidade urgente de novas decisões políticas, económicas, sociais e ambientais para que Angola consiga penetrar no patamar dos países mais

desenvolvidos, senão vai continuar a patinar indefinidamente e os angolanos descendentes, com certeza irão responsabilizar os actuais angolanos, líderes e liderados, pois todos são responsáveis do presente e do futuro e alguns até do passado.

Voltando ao tempo anterior à independência de Angola e analisando a visão inglesa do mundo, percebe-se que estes tinham uma visão holística do tempo, diferente dos cidadãos portugueses e seus líderes. Os ingleses ao desenvolverem seus projectos, têm uma visão mais profunda do tempo. Pode-se constatar isso aqui na SADC, na África do Sul e Namíbia, onde as cidades foram construídas com avenidas largas e profundas, por exemplo Pretória, Cape Town, Windhoek e outras.

Já os portugueses, construíram as cidades com avenidas estreita e curtas. Por exemplo Luanda e Lubango e outras cidades em Angola não denotam uma visão futurista e por causa disso, com o aumento do número de carros, muitas vezes as ruas ficam abarrotadas e de difícil circulação. Há aqui uma diferença bastante acentuada entre a visão do futuro inglesa e a portuguesa.

Podemos também comparar a língua inglesa e a língua portuguesa. Enquanto a língua inglesa é mais fácil de ser aprendida, é uma língua cujas mensagens são transmitidas de forma mais directa e menos complexa.

A língua portuguesa é mais difícil de ser aprendida, na transmissão de mensagens não é tão directa, dá mais “voltas” na transmissão de mensagens. É só aprofundar este assunto e percebe-se esta diferença.

Vemos também isso na construção política e económica de Angola e África do Sul.

Angola quando foi pensada, Luanda tornou-se a única capital angolana aonde eram e são tomadas as decisões políticas e económicas, sociais e ambientais. Luanda foi sempre o centro decisório de Angola. As Províncias e suas capitais, desde sempre, nunca foram muito consideradas nas decisões políticas e económicas do país. Isso sempre impediu o desenvolvimento mais acelerado destas regiões e até hoje as Províncias são alienadas das decisões nacionais.

Por exemplo, a Província da Huila que é maior do que Portugal, não tem nenhum poder decisório político e económico, nem ambiental nem social nacional, o que não está correcto neste limiar do século XXI. Tudo depende de Luanda e as Províncias não podem desenvolver-se por si próprias mesmo tendo esse potencial e esse desenvolvimento provincial certamente alavancaria o desenvolvimento nacional e traria uma maior união de facto à Nação.

Pode-se constatar, tomando a África do Sul como exemplo de uma visão temporal mais profunda dos ingleses, mais uma vez, que a capital legislativa é em Cape Town, no sul, litoral, a capital executiva é em Pretória, que se localiza no outro extremo norte e a capital económica é Johannesburg, perto de Pretória e com isto os poderes políticos, legislativos e económicos se distribuíram pelo país e permitiram um maior desenvolvimento social e a África do Sul, apesar de ser constituída por povos diferentes, nunca se desintegrou politicamente e todos os cidadãos têm

orgulho em serem sul-africanos. Há três capitais na África do Sul. Isso permite um maior desenvolvimento.

No Brasil, antigamente a capital era Rio de Janeiro, no litoral e no extremo sul, longe do centro do Brasil e isso não promovia o desenvolvimento deste país. Quando o Presidente Juscelino Kubitschek assumiu o poder, mudaram a capital para Brasília, ao centro geograficamente e com isso passou a haver um controle e desenvolvimento maior. Mas Brasília passou a centralizar os três poderes brasileiros, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário e essa mistura de poderes gerou uma promiscuidade entre estes e não tem sido bom para o desenvolvimento sustentado do Brasil e por isso este país tem diversas dificuldades e muita promiscuidade política, judiciárias e legislativa. A grande capital econômica informal do Brasil é São Paulo.

No caso sul-africano, a separação de poderes não facilita a promiscuidade de poderes. É necessário que se considere esta divisão de poderes, se se pretende um desenvolvimento mais sustentado e menos promíscuo.

Em Angola, Luanda localiza-se no extremo norte e comanda o sul, o leste, o litoral e o norte e isso não promove o desenvolvimento integral do país. Desde o tempo mais antigo, há esse estrangulamento. Foi por estas razões que ainda no tempo colonial foi proposta uma nova capital que se localiza no centro de Angola e que seria chamada Nova Lisboa, exatamente porque Portugal tinha a capital Lisboa e esta capital seria exatamente no Huambo porque esta Província tem excelente clima, está no planalto central, tem floresta, tem um excelente povo, é um bom centro acadêmico e está perto de todas as províncias. O Huambo

tem todas as condições para se tornar uma capital executiva de relevo.

Mas os colonos ao transformarem o Huambo na nova capital de Angola, parece que iriam cometer os mesmos erros do passado pois esta nova capital Huambo ou Nova Lisboa continuaria a ser uma capital aonde estariam centralizados três poderes, legislativo, executivo e judiciário e isto geraria promiscuidade. Continuava a não haver nesta altura em Angola, antes de 1975, uma visão maior semelhante à inglesa, com três capitais ou pelo menos duas capitais.

Deu-se a independência em 1975 e a ideia de nova capital desfez-se pois, o país estava em guerra interna e esta ideia não era a melhor na ocasião. Faz sentido que esta ideia tenha ficada em stand-by.

Não avançou e Luanda continua a ser o único centro decisório e as Províncias, até hoje, estão completamente dependentes de Luanda e isso não promove o desenvolvimento integrado. As Províncias, por si só, não podem decidir o seu desenvolvimento apesar de terem um grande potencial económico.

Com isso, Luanda continuou a ser o único centro político, económico e militar e as populações das Províncias, durante esta guerra fratricida, foram “obrigadas” a deslocarem-se para Luanda que parecia ser o centro militar mais protegido e porque lá continuava a ser o centro económico e as Províncias foram sendo esvaziadas e continuaram a ter um papel cada vez menos relevante. Até ao advento da paz, em 2002, era natural que esta discussão de novas capitais não

avançasse pois poderia criar novas dificuldades político-militares.

Mas com isso, criaram-se novas e grandes dificuldades de vária ordem para Luanda e para Angola pois estas populações amontoaram-se nos subúrbios de Luanda aonde nunca existiram condições de saneamento básico e agravaram-se os problemas com saúde e não só.

Luanda inchou com as populações fugidas das Províncias e hoje já são nove milhões de pessoas e esta capital não está devidamente estruturada para tanta gente. É uma cidade que desde o tempo colonial foi estruturada para menos de um milhão de pessoas e hoje está abarrotada, com pouco saneamento básico, com pouca luz, pouca água, poucos transportes, pouca saúde, Covi19, muito banditismo, etc.

Luanda, cada vez mais, deixa de ser um centro atractivo para investimentos e desenvolvimento sustentado mesmo criando-se a ideia de uma Luanda económica ou Pólo de desenvolvimento industrial pois cada vez mais os empresários consideram a qualidade de vida como uma exigência fundamental nas suas decisões de investimento, não basta ganhar dinheiro.

Os empresários mais desenvolvidos, hoje em dia, consideram sempre nas suas decisões, terem um padrão de vida elevado.

Em Luanda, ultimamente, nasceu a ideia de se construir um metrô de superfície ao custo de seis mil milhões de dólares para resolver o problema de transporte para estas nove milhões de pessoas que ali “sobrevivem”, apenas algumas



vivem. A construção deste metrô parece uma ideia estranha e esta solução não é certamente a melhor.

Se Luanda continuar a ser o único ou principal centro político e económico de Angola pois é lá aonde estão as escolas, os hospitais, o centro económico, político, etc., as populações das Províncias vão continuar a ter a tendência de fugirem para Luanda e em vez de nove milhões, serão dez, onze, doze milhões. Quantos metrôs mais Luanda vai precisar e quantos mil milhões de dólares vão ser necessários para dar uma resposta a esta confusão? Dinheiro que certamente faz falta ao desenvolvimento sustentado de outras regiões de Angola.

Esse valor que se pretende gastar, em Luanda com um metrô de superfície é muito dinheiro e certamente não vai resolver os problemas difíceis de Luanda e de Angola.

Estes gastos não vão resolver os problemas angolanos. As Províncias vão continuar a não se desenvolverem e agora estarão cada vez mais esvaziadas de suas populações, de seus trabalhadores.

Luanda só poderá resolver suas dificuldades estruturais com o retorno de uma grande parte de suas populações às origens ou para outras Províncias mais atractivas e com outros desafios económicos.

Porquê os decisores, as lideranças angolanas, não voltam urgentemente à ideia sul-africana de criarem pelo menos duas capitais de imediato? Só o facto de os decisores políticos admitirem a possibilidade de se discutir esta ideia, Huambo a capital executiva e Luanda a capital legislativa e judiciária, já iria promover o desanuviamiento de Luanda

com o regresso de muitos cidadãos às suas Províncias de origem para voltarem a tomar posse de suas terras e outras estruturas físicas que abandonaram pois, essa decisão os levaria de volta a uma vida com mais qualidade certamente, mesmo que seja mais simples.

Se também houver a ideia de outras Províncias se tornarem o centro económico de Angola, Benguela e Huíla, com dois portos, Lobito e Moçâmedes, certamente seria mais um pólo de desenvolvimento real e descentralizado.

O facto de se admitir esta discussão, certamente ajudaria a resolver os problemas mais graves de Luanda de imediato e iria promover o desenvolvimento mais acelerado de Angola.

Esse valor que pretendem gastar em Luanda com o metrô de superfície, seria reencaminhado para as Províncias do Huambo, Luanda, Huila, Benguela, Namibe e outras.

É um valor que pode realmente construir as estruturas para funcionamento equilibrado das capitais e promoveria o desanuviamiento de Luanda e o desenvolvimento das Províncias em questão. E no futuro ajudaria a promover também as outras Províncias no entorno, pois haveria uma maior descentralização do poder político, económico, social e ambiental.

Angola actualmente é uma nação unida e sem constrangimentos de divisões geográficas pois todos os angolanos, no geral, já se imbuíram do espírito de “ser angolano” e as questões de novas fronteiras geográficas parecem não mais se colocarem. Então está na hora de mais ousadia e uma visão do futuro maior e mais ampla como

fizeram os sul-africanos há muitos anos atrás. Há que ter visão do futuro para não caímos nos mesmos marasmos.

No caso de Angola, duas ou três capitais ajudariam a promover um maior desenvolvimento político, económico, social e ambiental e agora que a nação está estabilizada e sem grandes conflitos perturbadores da ordem pois o actual Presidente da República desempenha um papel aglutinador político. Talvez esteja na hora, “quem sabe faz a hora não espera acontecer” (G.V.), de Angola assumir decisões mais ousadas e arrumar a casa, de maneira a permitir que a economia vôle mais alto. Não faltarão, com certeza, angolanos dispostos e capazes para levar avante esta empreitada e o barco começar a chegar a bom porto.

# **CAPÍTULO X**

## **ANGOLA**

### **PROVINCIA DA HUILA**

#### **SUA ECONOMIA**

**&**

#### **SUAS GENTES**

A Província da Huila é uma região muito especial, de excelência, nas montanhas profundas da Serra da Chela, sul de Angola, é um território maior do que Portugal, está a dois mil metros de altitude em relação ao nível do mar, tem muitas florestas nativas de médio porte e savanas, diversificadas e ricas em vegetação medicinal; tem um elevado potencial para florestas exóticas com árvores nobres próprias para madeira, florestas aonde desde sempre conviveram animais de pequeno e médio porte.

Tem um clima excepcional, um dos melhores climas do planeta, de dia muito sol e à noite fresco, o verão não é muito quente e o inverno é frio à noite, no verão tem bastantes chuvas que regam a Província de verde exuberante e rico. O Sol na Huila nasce de manhã bem cedo, cinco horas, e põe-se por volta das dezanove horas, ideal para energia solar.

É um território ideal para entrepostos de serviços, armazéns, indústrias, conservação de produtos, agricultura, etc., pois é um clima relativamente seco. Não é uma região super-povoada, tem uma população bastante tranquila, com uma cultura tradicional amena, não tem catástrofes, não tem tempestades nem ventos muito fortes, esta região é localizada a cento e oitenta quilómetros do mar. Não tem demasiadas chuvas e é uma região muito agradável de se viver.

São montanhas ricas em águas subterrâneas, ricas em ouro, ferro, granitos, mármore, até diamantes e outros minerais de grande valor económico. É uma terra ideal para a agricultura e pastorícia e tem no seu centro, como uma jóia rara, as montanhas da Serra da Chela com cento e cinquenta

quilómetros de perímetro, ideal para o turismo ambiental de qualidade e desportos radicais.

A Huila se apresenta dentro de Angola e na SADC como um lugar de excelência para se tornar um polo de desenvolvimento cultural, económico, social, ambiental, político, etc.

Angola, sendo uma nação de relevância natural na SADC, nos PALOP e na CPLP, precisa de se apresentar como um centro de desenvolvimento económico, social e ambiental juntamente com a África do Sul. Angola precisa de assumir um destaque real maior nesta região mas, para isso, tem de alinhar melhor o seu rumo, quais os seus azimutes neste mar alto das sociedades humanas *Australopithecus*, precisa definir melhor quem é e quem quer ser, de onde veio e para onde vai, e a Huila em Angola e na SADC pode ser uma chave para essa natural definição e afirmação.

A Huíla com a sua “Montanhas da Chela”, uma jóia rara a dois mil metros de altitude e lugares espectaculares, únicos, com um perímetro de mais de cento e cinquenta quilómetros ao redor destas montanhas, desde a Tundavala, passando pelo Bimbe, Leba, Tchivinguiro, Chibia e voltando até à Tundavala, pode desenvolver desportos radicais tais como Asa-Delta, Montanhismo, Rapel, Caminhadas, cavalgadas, Parapente, Balonismo, motocross, bycross, fotografia, etc; com as praias de Moçâmedes a cento e oitenta quilómetros em linha directa descendente. Certamente um incremento desportivo atrairia desportistas de todo o planeta para campeonatos de relevância regional e mundial.

Os desportistas radicais são as pessoas ideais para desenvolver turisticamente esta região das montanhas da Serra da Chela devido às suas especificidades e naturais desafios e há os desportistas sul-africanos, Namibianos, do Botswana, de Portugal, do Brasil e tantos outros especialistas de renome mundial que certamente estariam interessados e disponíveis para participarem nestes desafios ousados, nesta descoberta das belas montanhas da Chela, desde que Angola esteja disponível e a Huila em particular. Certamente seria uma forma de acelerar o turismo em Angola e permitir aos hotéis uma sustentação económica. Haja ousadia.

Cabo-Verde com as suas praias e ondas, hoje tornou-se num “Point” mundial de “surf”. Todos os anos, dezenas de televisões mundiais e dezenas de desportistas de surf vão para Cabo-Verde à procura de suas ondas radicais e hoje em dia Cabo Verde é destaque no turismo em África.

Portugal, na cidade de Nazaré, desde há alguns anos e após um surfista americano ter descoberto as maiores ondas do planeta nesta região, tornou-se no principal “point” mundial de ondas gigantes e todos os anos, dezenas de desportistas famosos e televisões vão para este lugar para desafiar estas ondas e Nazaré é hoje um lugar especial para desportos radicais e isso desenvolveu muito o turismo económico. Antes desta descoberta, Nazaré era apenas mais uma pequena cidade bela, mas não passava disso e hoje em dia está nas principais televisões mundiais com suas ondas.

Nesta altura, 2021, em que a economia angolana se encontra estrangulada e estagnada, o turismo económico, cultural, ambiental anda de forma muito lenta apesar de haver um

serviço hoteleiro com capacidade para responder às solicitações do turismo, seja ele qual for, e seria muito importante que os decisores públicos e privados consigam perceber e desenhar um modelo de turismo desportivo radical que alavancasse o desenvolvimento económico na Huila e em Angola.

O modelo ideal de turismo, diante das dificuldades globais económicas, sociais e ambientais que Angola enfrenta e em particular a Huila, pode ser os desportos radicais pois estes desportistas radicais por natureza gostam e precisam de enfrentar determinados desafios para se projectarem dentro dos seus grupos e as montanhas da Serra da Chela são ideais para estas práticas desportistas e há um sistema hoteleiro pronto e capaz de responder equilibradamente a estas solicitações.

Mas é preciso que as Instituições do Governo entendam esta problemática e permitam este desenvolvimento sustentado desportivo, económico e turístico, social e ambiental. As Instituições e as empresas privadas, naturalmente, se envolverão no desenvolvimento deste turismo desportivo radical e a sociedade também.

A Huila tem boas condições hoteleiras e ambientais e, sabendo desenvolver seus desportos radicais, poderia potenciar um maior desenvolvimento económico, mas é necessário, antes, fazer o trabalho de casa. O turista, seja ele quem for, quando visita um local, quer ver florestas, ambiente preservado, diversidade animal e vegetal, quer ver o que de mais belo existe nas regiões, não quer ver destruição, violência, etc. Quer ver o que de melhor existe nos locais visitados.



As montanhas da Serra da Chela têm todo um conjunto ambiental natural, mas que precisa de ser recuperado nas suas florestas nativas. Por exemplo a montanha da Nossa Senhora do Monte, no Lubango, actualmente está careca, a floresta nativa foi cortada e queimada e os animais nativos desaparecerem e há apenas um projecto de recuperação desta floresta na Reserva Ambiental “Preciosa” com duzentos e trinta hectares e que é um bom exemplo desta recuperação ambiental e que se pode estender para o restante desta montanha, até ao Cristo Rei.

No Município da Humpata há também alguns projectos de recuperação das florestas nativas, um projecto da Unione e um projecto de reflorestamento do Sr. Curado, que são bons exemplos de preservação e recuperação ambiental e que também podem ser repicados desde que haja uma motivação do Governo Provincial da Huila.

Estas medidas de recuperação ambiental, com a participação directa das entidades que se localizam ao redor das montanhas, tendo como modelos os projectos da Água Preciosa, da Unione e do Sr. Curado e alguns outros, seriam o mote para um desenvolvimento dos desportos radicais nesta região e seria certamente uma alavanca forte para o turismo na Huila e recuperação de sua indústria hoteleira.

Não se pode esquecer que nas florestas nativas é onde crescem e sobrevivem as plantas medicinais, os animais silvestres e preservam-se as águas. Tem-se como exemplo a planta medicinal “Cota-cota”, excelente para os pulmões, e os animais silvestres Macacos, Bâmbis, Coelhos, Esquilos, Corujas, Corvos, Águias, Serpentários, Periquitos e outros passarinhos, borboletas, abelhas, e tantos outros

animais silvestres importantes para a saúde humana e economia e preservação da qualidade de vida.

Este é um dos trabalhos de casa urgentes a serem desenvolvidos nas montanhas da Serra da Chela, tornando-se no mote para um desenvolvimento do desporto e do turismo e conseqüente desenvolvimento económico da região.

Nos restantes terrenos vazios da Huila, deveria haver mais motivação por parte do Governo para que cada proprietário plante árvores nativas ideais para a produção de madeira nobre e conseqüente desenvolvimento económico pois os madeireiros sempre foram os empresários mais ricos em qualquer país e nenhum país pode desenvolver sem ter madeira.

Há muitas espécies nobres na Huila e que, se bem plantadas e protegidas, desenvolvem não só o ambiente como a economia local e do país. Quem tem algum terreno, pequeno ou médio, deve ser motivado a plantar árvores para produzir madeira, de forma ambientalmente correcta.

Nenhum país se pode desenvolver sem ter madeira, mas não, simploriamente, cortando as florestas existentes e exportar os troncos em bruto. Isso não é correcto. Isso é um crime económico para o país. A madeira é para produzir móveis e toda uma série de materiais acabados e apenas esses materiais acabados podem ser exportados pois foilhes acrescentado uma mais-valia, um valor económico sustentado. Madeira em tronco, em bruto, não pode ser exportada, doa a quem doer.

As árvores para a produção de madeira só podem ser cortadas após serem plantadas. As florestas nativas não podem ser derrubadas, senão perde-se a qualidade de vida. E as árvores plantadas podem, depois de crescerem no tempo certo, serem transformadas em madeira, mas ao serem cortadas devem-se cumprir as regras ambientais e assim preserva-se o ambiente e desenvolve-se a economia.

As matérias-primas só devem ser exportadas como produtos acabados. Os diamantes, os granitos, os mármore, as árvores, o ouro, o ferro e tudo o mais, não podem ser exportados em bruto pois isso não é desenvolvimento económico.

É necessário que a Huila faça o seu trabalho de casa, recupere as suas florestas nativas e plante árvores para a produção de madeira promovendo o ambiente e, então, pode desenvolver os desportos radicais nas montanhas da Serra da Chela. Desse modo poderá alavancar a economia no seu todo, sua rede hoteleira e sua produção cultural.

Não se pode esquecer que a Huila é um centro cultural e académico natural. Em todos os bairros do Lubango, por exemplo, há grupos de jovens e organizações a produzirem cultura mesmo nesta fase crítica da economia angolana. Nos bairros há muitos jovens a desenvolverem o teatro, a música, a dança, e outras artes incluindo a digital e esta cultura é uma base fundamental no desenvolvimento do turismo. Estes jovens e estes grupos de cultura estão totalmente disponíveis para participarem no desenvolvimento ambiental, do desporto e do turismo na Huila e na economia em geral.

É possível, desenvolver mais a cultura do desporto e das artes em geral e do turismo, se a lei do mecenato em Angola for aplicada de forma exemplar. As Associações desportivas e das artes em geral podem e devem exigir do Ministério da Cultura e Desporto uma aplicação mais correcta desta lei e se esta lei não estiver bem elaborada, deve ser melhorada.

Só melhorando esta lei do mecenato e aplicando-a correctamente, as empresas podem participar com seus impostos neste desenvolvimento. Se uma empresa ao final do mês tem de pagar impostos, poderia investir, por exemplo, vinte por cento desse imposto no apoio à cultura e ao desporto. Esta lei quando bem aplicada, motiva as empresas a patrocinarem estas actividades e certamente tudo isto iria beneficiar a economia local e nacional.

Esta aplicação correcta da lei do mecenato é um dos trabalhos de casa a serem feitos urgentemente através das Associações locais desportivas e culturais, em particular na Huila, pois elas podem exigir do Ministério uma lei de mecenato bem aplicada.

Nenhum país pode-se desenvolver equilibradamente, inclusive economicamente, sem desenvolver sua cultura, pois esta é a base do desenvolvimento humano, é através da cultura que se aprofunda o pensar humano social, ambiental, económico e tecnológico.

A tecnologia só pode evoluir se a cultura também se desenvolver e a economia moderna precisa da tecnologia para ser sustentável.

Esta roda da cultura só pode andar se os artistas, os músicos, os pintores, os académicos, os desportistas, etc., tomarem a rédea da lei de mecenato e a puserem a rodar. É preciso fazer andar a roda da cultura, a roda ambiental, a roda do desporto radical, a roda hoteleira, a roda da economia e, de uma forma geral, isto está nas mãos dos artistas e das Associações.

É fácil identificar os estrangulamentos na Huila e esta Província pode ser a chave para um desenvolvimento económico, social e ambiental maiores em Angola. Identificados estes estrangulamentos, é preciso então perceber quem são as empresas na Huila que podem ser modelos, por exemplo, o Sr. Curado, a Unione, a Preciosa e outras que certamente estão disponíveis para participarem e colaborarem nesta acção.

As Associações culturais e desportivas, juntamente com o apoio do Governo, podem fazer andar estas rodas e as empresas utilizando a lei do mecenato podem participar também.

A Huila tem empresários, tem pessoas que naturalmente têm um dinamismo e experiência económica, mas estes empresários precisam de ser mais motivados pelas Instituições do Estado e até privadas tais como os bancos, as academias, etc.

É preciso que todas estas instituições públicas e privadas estejam mais atentas a quem são as pequenas e médias empresas huilanas organizadas que cumprem com os focos sociais, económicos e ambientais. Estas empresas devem ser motivadas a crescer e desenvolverem-se mais ainda,

tornando-se modelos na Província como empresas de excelência e exemplos para outras empresas.

É importante que o Ministério da Indústria, do Comércio, da Cultura, a Aipiex, o Governo Provincial e outras entidades estejam mais atentas na descoberta de quem são as pequenas e médias empresas angolanas que cumprem com os pilares de uma economia mais moderna e sejam modelos com foco não só no mercado interno, mas também no mercado externo, SADC, mercado Árabe, mercado europeu, etc.

Estas pequenas e médias empresas organizadas, se forem motivadas e com sua experiência, podem desenvolver-se muito mais em prol da economia provincial e nacional. Estas empresas devem produzir prioritariamente para o mercado interno e também para o mercado externo.

A Huila, nesta análise holística, se apresenta como excelente para desempenhar um papel de liderança nacional e externo e até para o mercado Árabe e Europeu. Ela possui riquezas que não estão devidamente exploradas, ela possui Academias, possui cultura, clima, ambiente, beleza, tem gentes, tem água, desportos radicais, etc. A Huila apresenta-se como excelente para assumir um papel mais preponderante, de maior liderança social, ambiental e até económico dentro de Angola e na SADC, nos PALOP e na CPLP. Todos, absolutamente todos, os cidadãos mais atentos e informados, nestas Organizações, estão à espera de que Angola, e a Huila em particular, desabrochem realmente, floresçam, e liderem pois, têm imenso potencial humano, económico e ambiental para tal desafio. Não é por acaso que Angola, apesar deste seu tempo insípido até

agora, permanece sob os olhares curiosos e atentos dos outros países mais desenvolvidos. Há um potencial em ebulição, acreditamos.

**SOU ANGOLANO SOU...**

DE MUITAS ORIGENS....

À NOITE PARDO

RELUZO TODAS AS CORES

QUANDO O SOL BRILHA

ALMA UNIVERSAL NA TRADIÇÃO

SOU URBANIDADE SOU MULTIVERSAL

HOLÍSTICO NA SINGULARIDADE.

NÃO SOU INFELIZ.

***(Valdemar Ribeiro)***



**LEMBRE-SE**

**O QUE FAZ SEU CORAÇÃO BATER  
É O MESMO QUE FAZ O SOL BRILHAR  
FAZ A ÁRVORE CRESCER  
FAZ O PÁSSARO CANTAR  
FAZ A TERRA GIRAR.**

**CONSIDERE**

**A VIDA NÃO É CONTRA VOCÊ  
A VIDA É VOCÊ.**



*Valdemar Ferreira Ribeiro*  
Economista, empresário industrial, ambientalista



Secretário - Geral

## BIOGRAFIA

*Valdemar Ferreira Ribeiro*

*Nasceu em 11 de Novembro de 1952*

*Aldeia de Touguinha / Vila do Conde / Portugal*

*Cresceu em Angola, menino e moço,*

*Luanda, Luau, Benguela, Cazombo, Lubango*

*África do Sul e Brasil,*

*Professor, Economista, Ambientalista, Empresário Industrial.*

# Projectos

SEIS RESTAURANTES INTERNACIONAIS "O REGENTE"

FÁBRICA DE ENGARRAFAMENTO DE ÁGUAS DE NASCENTE

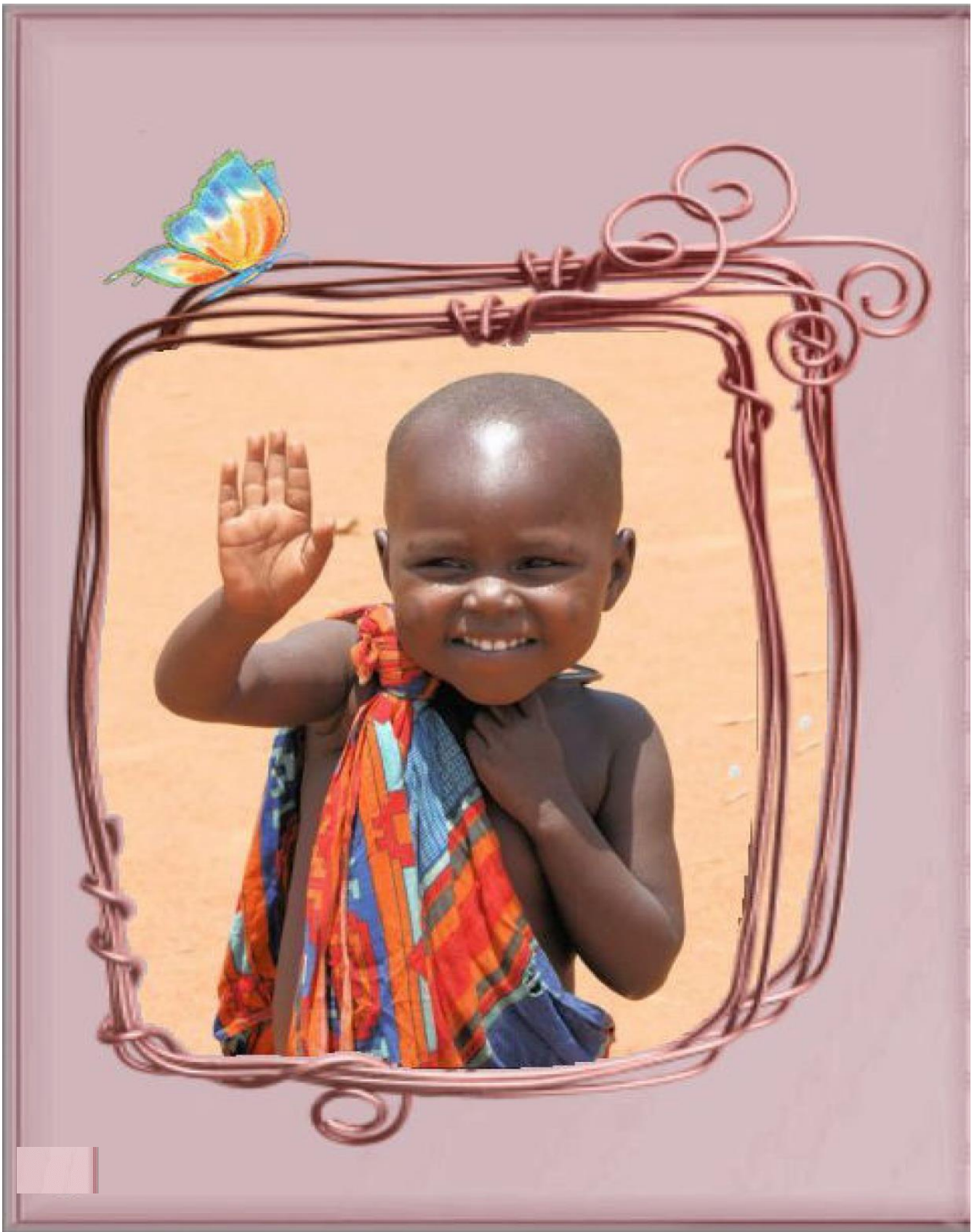
ACADEMIA DE AUTORES DA HUILA - "ASA-HUILA"

ACADEMIA DO AMBIENTE DA HUILA

REVISTA "OKUVITA ACADÉMICA"

"PRECIOSA RÁDIO WEB COMUNITÁRIA" - HUILA

\*\*\*\*\*



## **A CRIANÇA AFRICANA**

Na imensidão do só no horizonte,  
descalço na terra, a vida é bela.  
Bate à porta e entra na rua  
menino que joga com bola de pano.

Goleiro pra cá, goleiro pra lá,  
metade de uns, metade de outros.  
Juiz não, mas Pelé e Schillaci há.  
Bola voando à baliza chutada  
grito de gol : Pelééé. .. marcou !!!  
Volta ao centro o astro contente.

Sorriso de menino, diz o caminho  
mostra a estrada da rua perdida.  
Diz o destino da Eva no tempo  
aponta teu dedo ao sol, que diz ?

Seja eu de si pequeno  
imagem de um sol maior  
na rua de ti mostrada !





# ANGOLA SUA ECONOMIA SEUS ESTRANGULAMENTOS

O FUTURO

2021

**Autor:** Valdemar Ferreira Ribeiro

Economista  
Industrial  
Ambientalista  
Secretário-Geral “ASA-HUILA”

EDITORA DIGITAL "ÁGUA PRECIOSA"

Telefone: 00244 - 923 407 949

**Projecto gráfico**

Belson Pedro Raimundo Hossi





Todos os direitos desta obra reservados a

**Valdemar Ferreira Ribeiro**

Este E-book está protegido por

Leis de direitos autorais na "**CPLP**" "**SADC**" e "**PALOP**"

---

**"CPLP" COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**"SADC" COMUNIDADE DOS PAÍSES DA ÁFRICA AUSTRAL**

**"PALOP" PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA**

Esta obra está sob uma Licença Commons.

Você pode copiar, distribuir, exibir, desde que

Seja dado crédito aos autores originais –

*Não é permitido modificar esta obra.*

*Não pode fazer uso comercial desta obra.*

*Não pode criar obras derivadas.*

A responsabilidade  
Pelos textos, músicas e imagens  
É exclusivamente do Autor.





